



ESHOJE



ANOS DE
ESPÍRITO
SANTO

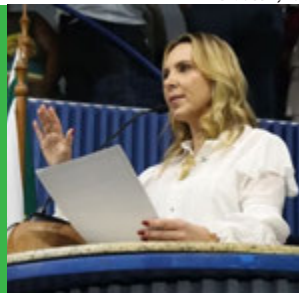
Fundado em 19 de julho de 2000
por Carlos Roberto Coutinho

Vitória, 10 de abril de 2026)) Ano XXV)) Nº 1276
Edição Gratuita Semanal)) www.eshoje.com.br

/eshoje @eshoje eshoje eshoje

POLÍTICA

**Chegada
prestigiada
da prefeita)) 5**



DIVULGAÇÃO

COLUNA

**Os bilhões
do trabalho
infantil)) 7**



ESHOJE

CULTURA

**Centro de artes
conecta público
e ensino)) 9**



DIVULGAÇÃO

ES lidera liminares na saúde e bate recordes na Justiça

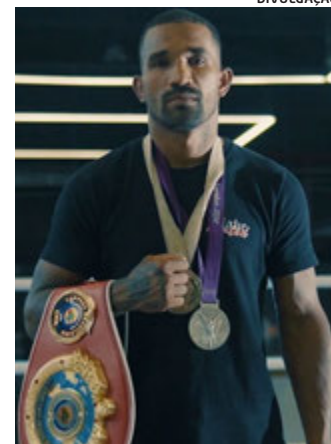
Estado supera 80% de decisões contra planos e registra quase 15 mil ações em apenas um ano; alta de 19% expõe falhas no acesso e leva pacientes à Justiça)) 4

MAIS CAFÉ... MENOS DINHEIRO NO BOLSO)) 3



DIVULGAÇÃO

Alta na produção não garante lucro; custos elevados e mercado global pressionam preços e reduzem ganhos dos cafeicultores capixabas



DIVULGAÇÃO

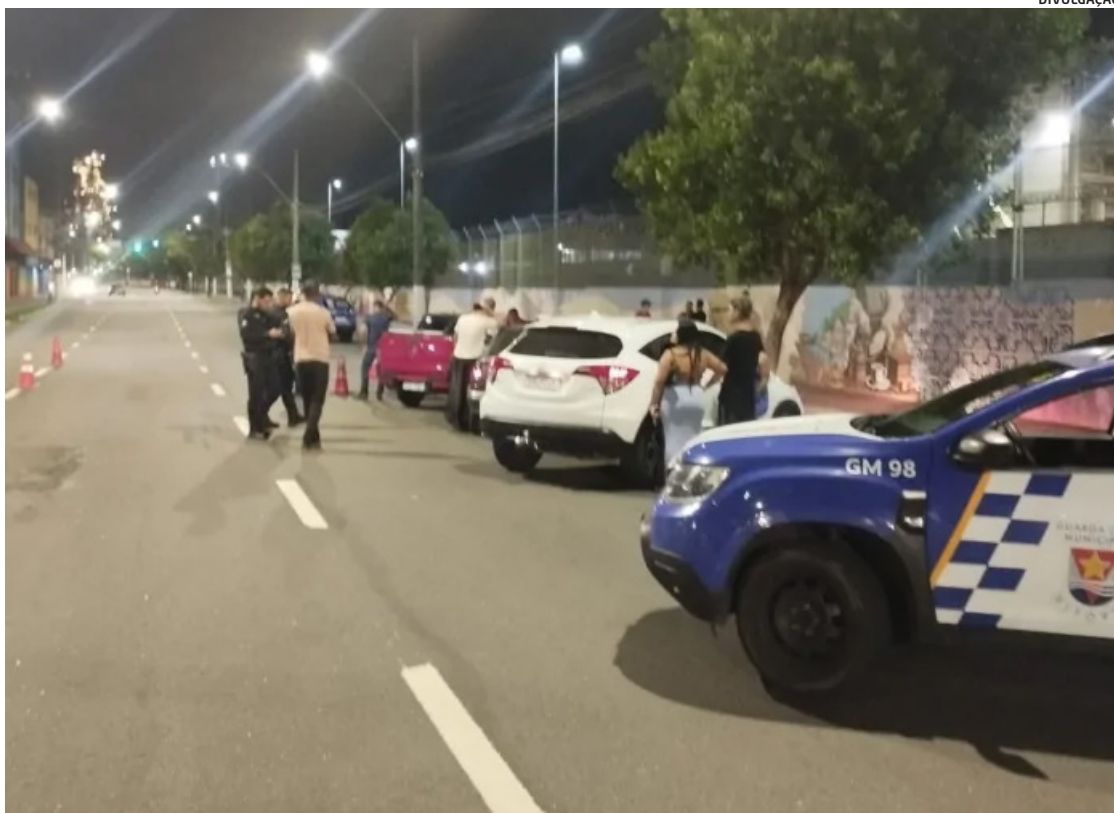
ESQUIVA LUTA POR CINTURÃO NO CANADÁ

Pugilista capixaba enfrenta jovem invicto no dia 11 de junho)) 8

VINHO NA DIETA: VILÃO OU ALIADO?

Entenda as variantes que podem ter impactos no peso corporal)) 10

FOTO DA SEMANA



DIVULGAÇÃO

69 motoristas foram multados por recusarem teste de bafômetro em blitz durante o feriado, em Vitória

EDITORIAL

Um louco "controla" o mundo

A declaração do presidente Donald Trump — de que “uma civilização inteira morrerá” — não é apenas retórica de guerra. É um sintoma alarmante de como o poder, quando descolado de limites morais, pode flertar abertamente com a barbárie. Em poucas palavras, rompe-se o que resta de contenção ética no discurso internacional.

A ameaça, dirigida ao Irã em meio à crise no Estreito de Ormuz, expõe uma lógica perigosa: a de que interesses estratégicos — sobretudo energéticos — justificariam qualquer ação, inclusive a aniquilação de um povo. Não se trata apenas de geopolítica, mas de uma inversão moral. O valor da vida humana é relativizado diante da importância de uma rota por onde passa cerca de 20% do petróleo mundial.

O Estreito de Ormuz tornou-se, mais uma vez, o epicentro de uma disputa que mistura poder, economia e hegemonia. Mas o que está em jogo vai além do fluxo de petróleo: é a própria noção de limites na guerra. Ao condicionar a sobrevivência de milhões à reabertura de uma rota marítima, o discurso abandona qualquer compromisso com o direito internacional e se aproxima perigosamente da lógica de punição coletiva — algo expressa-

mente condenado pela comunidade global.

A reação internacional não foi casual. O secretário-geral da ONU, António Guterres, manifestou preocupação com declarações que colocam populações inteiras como alvo. Já o papa Leão XIV foi direto: ameaças dessa natureza são “inaceitáveis”, não apenas juridicamente, mas moralmente. Há um consenso mínimo ainda vivo — o de que civis não podem ser moeda de pressão.

Por outro lado, o discurso iraniano também revela o outro lado do abismo: a disposição de milhões em “se sacrificar” aponta para a tragédia de sociedades capturadas por narrativas de guerra permanente. Quando líderes falam em morte com naturalidade, a população é empurrada para um nacionalismo sacrificial que só amplia o ciclo de violência.

O recuo de última hora, mediado pelo Paquistão, não apa-

ga o que foi dito. Ao contrário, escancara o quanto o mundo esteve próximo de um salto irreversível. A banalização da guerra — transformada em contagem regressiva televisiva e espetáculo político em Israel — revela uma era em que o impensável se torna, perigosamente, plausível.

Há aqui uma lição urgente. Nenhum cálculo estratégico pode se sobrepor à dignidade da vida humana. Quando líderes cogitam a destruição de povos inteiros, não estamos diante de força, mas de falência moral. E quando a guerra passa a ser tratada como instrumento legítimo de pressão econômica, o mundo inteiro se torna refém.

O século XXI não pode aceitar que o poder se exerça pela ameaça de extermínio. Se isso se normaliza, não há mais civilização a preservar — apenas a expectativa de quem será o próximo alvo.

ESPAÇO DO LEITOR

Consequências da guerra

A guerra começa com objetivos e rapidamente passa a ignorá-los. Absorve o que encontra pelo caminho, incorpora tensões anteriores, produz outras novas. O que era para ser uma intervenção torna-se um estado prolongado de instabilidade. E, quando finalmente se declara que acabou, descobre-se que ela apenas mudou de forma. Anos depois dos combates mais intensos, a guerra ainda estava presente nas regiões por onde passei. Não como lembrança, mas como rotina. Em cidades que funcionavam pela metade. Em famílias que haviam aprendido a viver com ausências. Em jovens que nunca tinham experimentado algo que pudesse ser chamado de normalidade. A guerra, nesse ponto, já não era um acontecimento. Era o contexto. Talvez o erro esteja em tratá-la como instrumento. A ideia de que ela pode ser usada, direcionada, encerrada. Instrumentos pressupõem controle. A guerra não oferece isso. Uma vez iniciada, ela segue adiante, indiferente às intenções que a colocaram em movimento. A linha de frente, tão frequentemente apresentada como o centro do conflito, é apenas a parte mais visível. E, de certa forma, a mais simples de compreender. O que realmente define a guerra acontece fora dela. Nos lugares onde não há câmeras. Nas decisões que não são registradas. Nas vidas que não retomam o curso anterior. E, sobretudo, no que permanece depois. Porque é ali, nesse acúmulo quase invisível de perdas, memórias e adaptações, que a próxima guerra começa.

Marcio Pimenta

Capacitismo

O que falta para atingirmos a acessibilidade plena à literatura? A resposta não é técnica — é estrutural e, sobretudo, política. Pensar acessibilidade é produzir já a partir da diversidade, reconhecendo pessoas com deficiência como agentes do processo. A força da literatura anticapacitista é tão contundente quanto o capacitismo estrutural que sufoca. É ao garantir acesso e participação que surgem novas perspectivas, pertencimento e transfor-

mação. O capacitismo é ser medido para caber em um mundo que não foi feito para si. A literatura rompe isso ao criar identificação, deslocar olhares e construir protagonismos sem estereótipos. A leitura é o elo com a cultura. É o que faz um bando de gente ser povo, se sentir como povo, pensar como um povo, uma nação e um sentido, um sujeito significativo em busca de um significado. Ler é se deixar enredar, organizar o mundo e também resistir: afirmar o que é precioso, mesmo quando tentam negar esse direito. Se ainda precisamos “adaptar” a literatura, é porque se segue aceitando um modelo que nunca foi pensado para todos. Isso não é falha. É escolha. E não fomos nós que a fizemos.

Igor Girão

Menopausa

O cenário, que parece tão desolador, pode ser um convite para acolher as emoções, repensar hábitos e as crenças pessoais sobre o envelhecimento. É a menopausa funcionando como um momento sentinela na vida das mulheres. Aquele espaço temporal para olhar para si mesma para além dos papéis aprendidos a desempenhar na vida. É um rito de passagem para um tempo de maior autocuidado e gentileza consigo, apesar dos desafios. A boa nova é que há muitos recursos disponíveis para fazer a travessia pela menopausa com mais conforto, conhecer todas essas transformações em curso proporciona mais sabedoria sobre riscos para adoecer e como adotar um estilo de vida saudável. Alimentação adequada, prática de atividade física, técnicas de gerenciamento de estresse, psicoterapia e terapia hormonal para a menopausa são algumas estratégias seguras. Se conectar-se consigo na meia-idade permite a cada mulher reconhecer sua história de vida, redefinir suas prioridades e implementar as mudanças de rota necessárias. Acredite, é tempo de passar a vida a limpo para viver com mais liberdade, autonomia e autoestima. É momento de pausar a fim de nutrir uma reconexão íntima, ter mais empoderamento e prazer.

Andréa Rufino

Safra maior, lucro menor no café do Espírito Santo

Maior oferta e custos elevados pressionam preços e reduzem ganhos dos produtores em 2026

GIULIA REIS

jornalismo@eshoje.com.br

O café, símbolo da força agrícola capixaba e motor da economia em diversas regiões do Espírito Santo, entra em 2026 cercado por uma dualidade: ao mesmo tempo em que a lavoura aponta para uma safra mais produtiva, o ambiente econômico impõe desafios que podem limitar os ganhos no campo. Em um cenário marcado por avanços tecnológicos, clima favorável e custos elevados, o produtor se vê diante de uma equação cada vez mais complexa, na qual produzir mais não garante, necessariamente, maior rentabilidade.

A expectativa de alta na produção, especialmente do café conilon — principal variedade cultivada no estado —, reforça o protagonismo capixaba no setor. De acordo com o coordenador de cafeicultura do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), Fabiano Tristão, a safra de 2026 deve crescer em relação ao ciclo anterior. “A produção está estimada em aproximadamente 14,86 milhões de sacas beneficiadas, representando um incremento de cerca de 5% em comparação à safra de 2025”, afirma.

Segundo ele, o desempenho é resultado de fatores estruturais, tecnológicos e climáticos. “Destacam-se a implantação de clones mais produtivos e de melhor qualidade, avanços no manejo agrônomico — com ênfase em nutri-

ção equilibrada e controle fitossanitário —, além da expansão da irrigação. Soma-se a isso o comportamento climático favorável nos últimos dois anos”, explica.

Mesmo sendo uma atividade dependente do clima, o cenário atual não indica riscos relevantes. “Com a colheita em andamento, não há indicativos de eventos adversos que comprometam significativamente a safra”, acrescenta.

CUSTO OPERACIONAL

Se por um lado a produção avança, por outro os custos seguem como principal ponto de atenção. O custo operacional total varia entre R\$ 850 e R\$ 950 por saca, com tendência de alta, influenciado principalmente pelos preços dos insumos, impactados pelo petróleo.

Esse cenário deve afetar diretamente a rentabilidade. “Diante de uma safra maior associada à possibilidade de pressão nos preços, a expectativa é de redução nas margens de lucro, especialmente para produtores com menor eficiência produtiva”, afirma Tristão.

Com isso, a gestão da propriedade ganha ainda mais relevância. O Incaper tem intensificado a orientação técnica, com foco na eficiência e na redução do custo por saca, incluindo uso de clones melhorados, manejo integrado, conservação do solo e maior controle de custos.



A safra do café conilon no Espírito Santo neste ano tende a ser cerca de 5% superior à de 2025

Preço: câmbio e cenário global

Mesmo com safra maior, o mercado não depende apenas da produção. Fatores externos, como câmbio, cenário geopolítico e exportações, devem influenciar diretamente os preços.

Segundo o economista Vaner Corrêa, o café está inserido em um mercado global. “A desvalorização do real eleva o preço interno, já que o produto é cotado em dólar e exportar se torna mais atrativo”, explica.

A demanda externa também pesa. Quando aquecida, reduz a oferta interna e sustenta preços; quando enfraquecida, amplia a pressão sobre o mercado doméstico.

Há ainda o risco de excesso de oferta global, especialmente em anos de safra elevada no Brasil e em países como Vietnã e Colômbia, o que pode reduzir preços ao produtor e comprimir margens.



Há risco de excesso de oferta global, o que pode reduzir preços

Para o consumidor, a tendência é de estabilidade ou queda moderada, dependendo do câmbio, dos custos logísticos e de eventuais choques climáticos.

Preços mais baixos já refletem no mercado

O cenário já aparece nas cotações. Na Cooabriel, maior cooperativa de conilon do Brasil, o preço do tipo 7 gira entre R\$ 820 e R\$ 830 por saca em abril de 2026 — abaixo de períodos anteriores.

O movimento reflete maior oferta e ajuste entre produção e demanda. A cooperativa acompanha o mercado e orienta produtores sobre comercialização, reforçando seu papel estratégico na cadeia.

Diante de um ambiente mais competitivo, ganha força a necessidade de eficiência produtiva e de estratégias mais precisas de venda — fatores que devem definir quem preserva margem em um cenário de preços pressionados.



DIVULGAÇÃO

“Diante de uma safra maior associada à possibilidade de pressão nos preços, a expectativa é de redução nas margens de lucro”

FABIANO TRISTÃO, Incaper

Saúde na Justiça: ES tem recorde e lidera liminares

São 15 mil processos em um ano e 80% das decisões contra planos de saúde favoráveis

REDAÇÃO MULTIMÍDIA
redacao@eshoje.com.br

O Espírito Santo alcançou um dos índices mais altos do país em decisões judiciais favoráveis a pacientes contra planos de saúde. Entre 2024 e 2025, mais de 80% dos pedidos de liminar na saúde suplementar foram concedidos no Estado — colocando o ES ao lado de Mato Grosso do Sul e Pará no topo desse ranking nacional.

O dado escancara uma realidade preocupante: a judicialização da saúde atingiu nível recorde no Estado. Em 2025, foram registrados 14.942 novos processos — um salto de 19% em relação ao ano anterior, quando o volume já havia ultrapassado 12,5 mil ações. O crescimento é bem superior à média nacional no período, que foi de 15%.

Na prática, isso significa que mais de 40 novos processos por dia chegaram à Justiça capixaba envolvendo o direito à saúde.

Por trás dos números, histórias como a do menino Vicente Moreira Vila Flor, de 11 anos, ajudam a tra-

duzir o drama vivido por pacientes e famílias. Morador de Vila Velha, ele tem uma síndrome mitocondrial de origem genética, condição rara que torna o organismo mais vulnerável a infecções.

Internado no Hospital CIAS, em Vitória, o garoto aguarda transferência para uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI), considerada essencial pelo médico responsável. A família conseguiu uma liminar na Justiça determinando a transferência imediata, mas, segundo os pais, a decisão ainda não foi cumprida pelo plano de saúde.

A situação se agravou após um procedimento domiciliar. De acordo com a mãe, Laiane Moreira, uma profissional de enfermagem credenciada ao plano retirou a sonda utilizada por Vicente, colocou o dispositivo em uma pia e voltou a utilizá-lo, mesmo após pedido para que o procedimento fosse realizado em ambiente hospitalar.

Após o episódio, o menino apresentou sinais de infecção. Exames confirmaram a presença de uma bactéria, e um médico que avaliou o caso por teleconsulta indicou tratamento com antibióticos específicos e internação em UTI, devido à gravidade do quadro.

Além da demora no cumprimento da decisão judicial, a família relata ter sido informada sobre a possibilidade de alta hospitalar para tratamento em casa, o que contraria a recomendação médica.

Enquanto aguarda uma solução, a mãe recorreu às redes sociais para tentar acelerar o atendimento. Até o momento, segundo ela, não houve retorno do plano de saúde sobre a transferência.

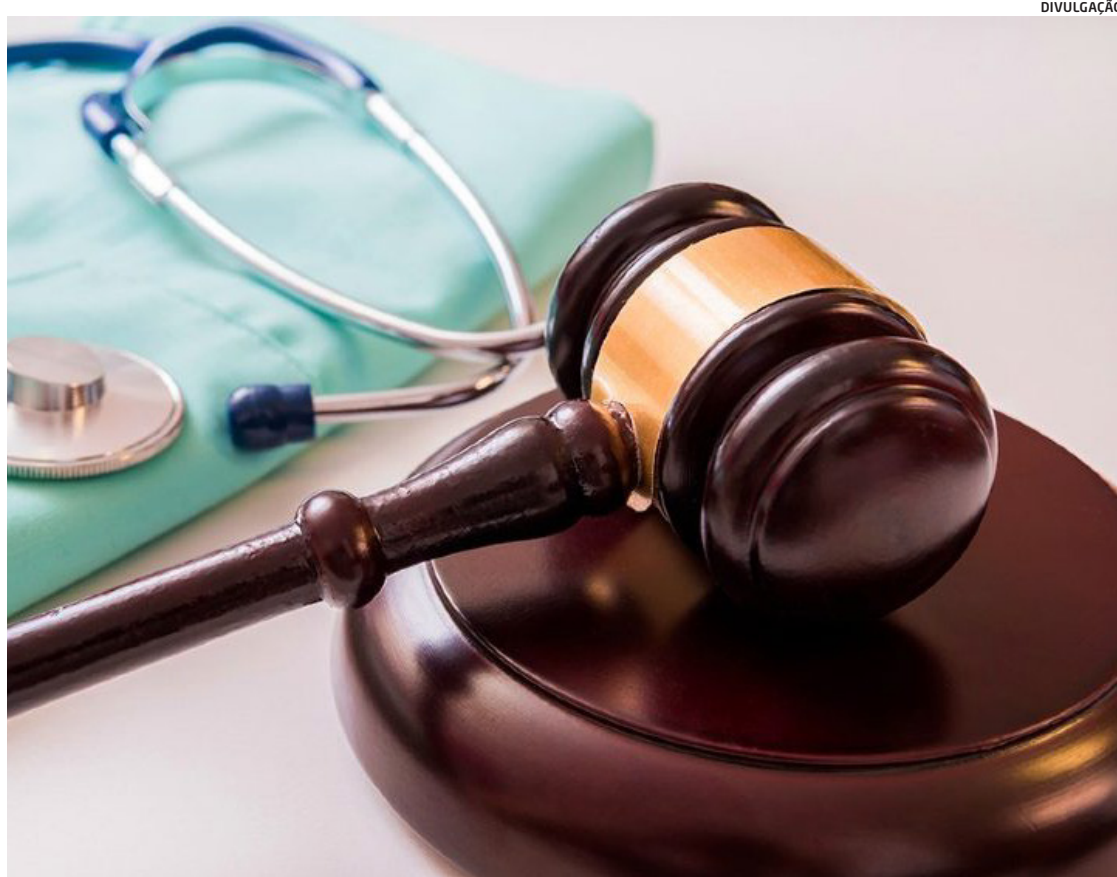
OPERADORA NÃO COMENTA

Procurada, a operadora informou que não comenta ações judiciais em andamento e que segue protocolos médicos e normas legais.

O caso de Vicente não é isolado. Dados do Observatório Capixaba de Direito à Saúde mostram que a maior parte das demandas judiciais envolve medicamentos e insumos, que consumiram R\$ 102,7 milhões em 2024. Ao todo, os gastos com judicialização chegaram a R\$ 157,3 milhões no mesmo período.

Em 2025, consultas e exames também passaram a concentrar grande parte das ações: 22% dos processos foram por consultas e 11,5% por medicamentos.

O cenário revela um sistema pressionado, em que o acesso à saúde — seja pública ou privada — frequentemente depende de decisão judicial para ser garantido.



DIVULGAÇÃO

Mais de 40 novos processos por dia chegam à Justiça capixaba envolvendo o direito à saúde

Quando a Justiça é a solução

O CRESCIMENTO acelerado da judicialização da saúde no Espírito Santo reflete um padrão cada vez mais comum: recorrer à Justiça deixou de ser exceção e passou a ser, para muitos pacientes, o único caminho para garantir atendimento.

Entre os principais motivos estão a demora para consultas e exames, a negativa de cobertura por planos de saúde, a falta de medicamentos e a ausência de vagas em unidades de terapia intensiva (UTI).

Dados do Estado mostram que, em 2025, cerca de 22% das ações judiciais foram motivadas pela dificuldade de acesso a consultas, enquanto 11,5% envolveram pedidos

de medicamentos.

O peso financeiro também é significativo. Em 2024, os gastos com judicialização somaram R\$ 157,3 milhões, sendo a maior parte destinada à compra de medicamentos e insumos.

O alto índice de liminares concedidas — acima de 80% nos casos envolvendo planos de saúde — indica que, na maioria das vezes, o Judiciário reconhece a urgência e a necessidade dos pedidos feitos pelos pacientes.

Na prática, isso reforça a percepção de que há falhas no acesso regular aos serviços de saúde, levando cidadãos a buscar na Justiça aquilo que já é garantido por direito.

Saiba como acionar a Defensoria

DIANTE DE dificuldades no acesso à saúde, a população pode recorrer à Defensoria Pública do Espírito Santo (DPES) para garantir atendimento. O órgão oferece assistência jurídica gratuita e atua tanto na rede pública quanto na privada.

A orientação é procurar a Defensoria sempre que houver negativa de atendimento, demora excessiva ou risco de agravamento do quadro de saúde.

Entre os casos mais comuns estão a recusa de planos de saúde em

cobrir procedimentos, falta de medicamentos, ausência de especialistas, cancelamentos indevidos e dificuldades para conseguir internações ou vagas em UTI.

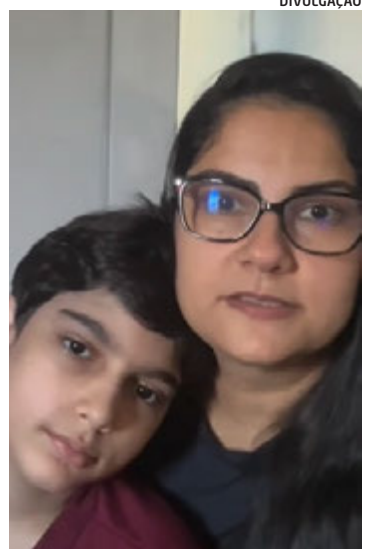
O atendimento começa com a apresentação de documentos pessoais e, sempre que possível, laudos médicos, exames e comprovantes da negativa. A partir disso, a equipe avalia a situação e define a melhor estratégia.

Em muitos casos, a solução pode ocorrer de forma extrajudicial, por



DIVULGAÇÃO

DPES: assistência jurídica



DIVULGAÇÃO

“Dessa vez extrapolou todos os limites da negligência médica. Pela doença do Vicente, ele deveria ser tratado dentro de uma UTI, com acompanhamento, por conta da evolução grave da doença dele”

LAIANE MOREIRA, mãe de Vicente, portador de doença rara

meio de contato direto com hospitais e órgãos de saúde. Quando não há resposta, a Defensoria pode ingressar com ação judicial.

O atendimento pode ser feito de forma online, pelo site oficial da instituição, ou presencialmente, em unidades distribuídas pelo Estado.

Além da atuação individual, a Defensoria também promove ações de orientação para informar a população sobre seus direitos e formas de acesso à saúde.

BASTIDORES DA POLÍTICA

Mulheres no poder I

DIVULGAÇÃO



Cris Samorini é a primeira mulher a comandar Vitória

A primeira mulher a disputar a Prefeitura de Vitória foi Rose de Freitas. A primeira mulher a assumir a Prefeitura de Vitória é Cris Samorini. Apesar de não ter prestigiado a posse na Câmara de Vitória, Rose enviou uma correspondência a Cris, fazendo um paralelo dessa luta histórica das mulheres capixabas na política.

Mulheres no poder II

Falando em Rose de Freitas,

ela não esteve na posse de Cris por estar em Brasília, trabalhando para viabilizar sua candidatura ao Senado dentro do partido. A ex-senadora decidiu permanecer no MDB, mesmo recebendo convites de outras siglas, e disputar espaço na convenção. Paralelamente, articula com a direção nacional e com lideranças municipais. Mas falta convencer o agora presidente do MDB-ES, prefeito Euclério Sampaio.

Mulheres no poder III

Além de trabalhar para ser senadora, Rose de Freitas tem levantado a bandeira para que mais mulheres cheguem a Brasília e é defensora da vitória de Emanuela Pedrosa (PSB) na Câmara dos Deputados.

Sobre a posse

A posse de Cris Samorini (Progressistas), na Câmara de Vitória, reuniu grandes nomes dos segmentos produtivo e político do Espírito Santo. Inclusive, quem pouco participa de eventos públicos nos últimos tempos, como Neivaldo Bragato, desde que saiu da Secretaria de Governo na gestão Paulo Hartung — há oito anos. A primeira

prefeita da capital do Espírito Santo foi bastante prestigiada e aplaudida.

Ecos da posse

O ato de posse na Prefeitura de Vitória, em 4 de abril — sábado —, somente com as presenças de Cris Samorini (Progressistas), Anderson Goggi, Lorenzo Pazolini e Erick Musso — os três do Republicanos —, não foi engolido pelos vereadores do G16. Entretanto, segundo membros desse grupo, não há interesse em dificultar a governabilidade da prefeita. A cidade agradece!

MDB de Euclério

O prefeito de Cariacica, Euclério Sampaio, que desistiu de concorrer a qualquer cargo eletivo em 2026, tem a missão de deixar o MDB bem estruturado para a disputa na Assembleia Legislativa — o partido não terá chapa para federal —, de reeleger Messias Donato (União Brasil) deputado federal e Denninho Silva (União Brasil) deputado estadual. Inclusive, tenta emplacar Messias como vice na chapa de Ricardo Ferraço (MDB).

PSD com Erick

Erick Musso é presidente do

Republicanos, mas foi importante para as filiações do PSD. O partido conta com nomes como Paulo Hartung, Sergio Meneguelli (um deles vai disputar o Senado) e Guerino Zanon, além de Livia Vasconcelos, Romualdo Gianordoli, Arildemo, Edson Magalhães e Anselmo Tozi. Fala-se que o PSD não tem chapa completa (para federal são 11 nomes e, para estadual, 33), mas só Meneguelli conquistou mais de 138 mil votos nas eleições de 2022. Vale lembrar que, para eleger um deputado federal, a chapa precisa somar 240 mil votos e, para estadual, 80 mil. É uma questão de conta!

Falando nisso...

... Erick Musso segue trabalhando para que a candidatura de Maguinha Malta ao Senado esteja alinhada com Pazolini ao governo. Como publicou: “Com humildade, farei a minha parte e o que estiver ao meu alcance para que nós, conservadores capixabas, possamos estar juntos”.

“Pero no mucho”

O prefeito de Vila Velha, Araldinho Borgo, depois dos últimos acontecimentos — concor-

re, não concorre; faz chapa, não consegue fazer chapa —, deu uma mergulhada. Mas não muito. Filiou sua esposa, Andressa Barcelos, ao PSDB — não para concorrer... mas, se precisar! O tucano mirou seus esforços na reeleição de Victor Linhalis (PSB) e nas vitórias de Renato Casagrande (PSB) e Luiz Paulo (PSDB) ao Senado.

Fortalecidos

Fechada a janela partidária, o mercado político capixaba aponta como os maiores fortalecidos nesta primeira etapa eleitoral o governador Ricardo Ferraço — que reuniu quatro frentes políticas importantes: MDB, Podemos, Progressistas e União Brasil —; o Republicanos de Erick Musso e Lorenzo Pazolini; e o ex-governador Renato Casagrande (PSB), que saiu ovacionado e segue como franco favorito ao Senado.

Nublado ou amarelado

O cenário está nublado (ou amarelado, mas não ensolarado!) no noroeste capixaba. Insatisfação de servidores, denúncias... mas, quanto pior para o chefe do Executivo, melhor para outros. Dá para creditar?!

Seja no impresso ou no digital



Aqui você realiza, no melhor preço de mercado, a sua publicação legal.

Certificação Digital credenciada pelo ICP-Brasil

Atas, Licença Ambiental, Balanço, Edital e, Atos Oficiais

Contato: Bianca Coutinho
bianca@eshoje.com.br





O Espírito Santo tem
identidade, tem raiz,
tem voz e o ES Hoje
conta tudo de forma

**REAL,
PLURAL
E ATUAL.**



Vem pocar com a gente!



HUGO BORGES

João Gualberto

Redação@eshoje.com.br



O Porto de Vitória

Participo de um grupo de pesquisadores da área de história da Ufes, entre os quais se destacam as professoras Adriana Campos e Katia Motta, que está estudando os 190 anos da história da Assembleia Legislativa.

Temos encontrado muito material importante sobre diversos aspectos da trajetória histórica de nosso desenvolvimento.

Dentre esses temas, nos deparamos com as discussões internas naquela casa de leis sobre a enorme importância do Porto de Vitória no progresso capixaba, desde o fim do período imperial. É bem verdade que somos um porto natural utilizado em navegações, sobretudo de cabotagem, desde o período em que éramos colônia de Portugal. Entretanto, no seu formato original, ele era insuficiente para dar vazão à produção cafeeira que havia crescido muito, e aos desejos de um futuro mais rico o nosso estado, isso no final do século XIX.

O jovem historiador Vinicius Borges me passou os documentos que mostram que os deputados da assembleia atuaram ativamente, desde os primeiros tempos, para que o

Porto se transformasse na força que representa para o nosso estado. Antes mesmo que as obras que o remodelaram se iniciassem, em 1895, o então congresso legislativo aprovou dois projetos: um destinando recursos de um fundo especial e outro autorizando o presidente do estado a fazer um acordo com o governo federal, ambos visando os melhoramentos no porto.

Aliás, saiu da assembleia um projeto chamado alevantamento provincial, conforme os estudos do professor Leandro Quintão, que desenhava o papel logístico do Espírito Santo na região sudeste, em especial em relação a Minas Gerais. Esse mesmo projeto pensou nossa rede de ferrovias e o nosso sistema portuário. Nada disso é obra do acaso. É, antes, prova da capacidade empreendedora de nossas elites, em especial de Muniz Freire, o estadista que operacionalizou tais

ideias e projetos.

Neste ano de 2026, fazem cento e vinte anos foram iniciadas grandes obras, para a época, na construção do Porto de Vitória, para equipá-lo a fim de ser o escoadouro natural da nossa maior riqueza: o café. Nosso e também do leste de Minas. No dia 28 de março de 1906, durante o governo do muitas vezes esquecido Henrique Coutinho, o governo federal autorizou que a Companhia do Porto de Vitória realizasse os melhoramentos necessários ao novo momento. Foi quando viramos a chave.

As ferrovias tornariam viáveis, do ponto de vista do transporte, nossas operações portuárias. Era preciso trazer para a capital do Espírito Santo os recursos da área comercial que eram drenados pelo Rio de Janeiro: bancos, casas exportadoras, companhias de seguro e todo o aparato que para cá acabou vindo.

Esse foi o grande projeto do Espírito Santo no início da república, nos fins do século XIX. Foi o nosso primeiro projeto de desenvolvimento baseado no café e na nossa vocação logística bem captada pe-

los deputados e pelo então presidente do estado. Aliás, nesse momento, a principal cidade capixaba não era a capital, e sim Cachoeiro de Itapemirim. As elites do sul do estado queriam levar o porto para a Barra do Itapemirim. Se tivessem conseguido, seria outra a história daquela região.

Ouso afirmar que o que consolidou Vitória como a nossa capital foi a decisão de localizar aqui o porto do Espírito Santo no início do século XX. Quando aquele projeto original ficou pronto nos anos 1940, já começamos a exportar o minério de ferro das Minas Gerais. O nosso interventor, João Punaro Bley, foi da primeira diretoria da recém constituída Companhia Vale do Rio Doce, com sede no capital da república, o Rio de Janeiro.

Inicialmente, o cais de embarque ficava no centro de Vitória mesmo, quase em frente ao Palácio Anchieta. Depois, foi para os lados de Vila Velha e, finalmente, para Tubarão, consolidando a nossa vocação portuária e logística, base da nossa industrialização recente. Tudo, entretanto, começou com a ousadia dos

capixabas que pensaram o Porto de Vitória e tudo aquilo que ele representa e representou para o desenvolvimento das terras capixabas.

Quando o Espírito Santo se transformou no primeiro estado brasileiro que tem uma autoridade portuária privada, isso também não foi obra do acaso. Somos um estado que tem capital social, que soube aproveitar as oportunidades que foram surgindo, que foi crescendo junto com os novos movimentos impostos pelo tempo. O Porto de Vitória sempre esteve no epicentro de tudo isso. Por isso, os seus 106 anos devem ser saudados como a síntese de nosso progresso, como a vertente que deu certo de nossos projetos.

Enfim, Vitória se consolidou como cidade e nossa capital graças a localização do Porto de Vitória e da rede logística e comercial que ele provocou. Mais tarde, na metade do século XX, sua expansão para o Tubarão criou as condições para a nossa industrialização, oferecendo mais uma razão para celebrarmos esses 120 anos de fundação do Porto de Vitória.

COLUNA FEU ROSA

O menino Jesus

Há alguns dias li que duas poderosas empresas transnacionais estavam comercializando café produzido por escravos, digo, crianças - elas trabalhavam umas oito horas por dia, seis dias por semana, a troco de uma remuneração irrisória.

Esta matéria remeteu-me a uma outra segundo a qual milhares de crianças africanas estariam perdendo a infância garimpando minerais que compõem muitos dos produtos eletrônicos que consumimos.

Por falar na África, recentemente noticiou-se que importantes corporações do ramo alimentício estariam adquirindo - conscientemente - cacau produzido por crianças reduzidas à escravidão mais bárbara.

Não nos esqueçamos do mundo das confecções. Denunciou-se que em um único país civilizado há entre 250.000 e 400.000 crianças trabalhando sob condições desumanas produzindo roupas para diversas empresas. Segundo consta, seriam refugiadas - além da queda, coice.

Não muito longe dali idêntico martírio estaria sendo imposto pela indústria de pescados. De cana de açúcar. Do tabaco. Do desmonte de navios velhos. De brinquedos - sim, até disso. E por aí seguimos.

Deixei por último a que mais me chocou: 40.000 crianças com no máximo oito anos de idade estariam sacrificando a infância assistindo, a troco de quase nada, doentes de todo tipo - isso em um país dos mais circunspectos do planeta.

Em síntese, denunciou-se que pelo mundo afora 73 milhões de escravos, digo, de crianças entre 5 e 11 anos estariam trabalhando duro a troco de uma merreca qualquer.

A imprensa, insistentemente, noticia que vários dos produtos produzidos desta forma são comercializados pelo planeta afora sem maiores incômodos - inclusive ali na esquina de nossas ruas.

Não fique com pena dessas crianças - afinal, nas palavras de Josh Billings, "ter dó não custa nem vale nada". O de que elas precisam é de ações - apuração séria de cada denúncia e rigorosa responsabilização civil e criminal dos eventuais culpados. Não deve ser tão difícil fazer isso, pois a esmagadora maioria das reportagens que li trazia dados bastante concretos.

Nossa civilizada e cristã sociedade, porém, muitas vezes opta por omitir-se diante de algumas empresas "grandes demais para quebrar". Prefere aguardar a chegada do Natal para ir a alguma igreja fazer o sinal da cruz diante da manjedoura exposta lá no altar.

PEDRO VALLS FEU ROSA
Desembargador do TJES

ARTIGO

“Lobby” é legal? É ético?

Quando alguém fala em “lobby” no Brasil, a reação quase automática é negativa. A palavra costuma vir carregada de desconfiança, como se estivesse sempre associada a algo ilegal, antiético ou realizado nos bastidores de forma obscura.

Mas será que é isso mesmo?

Segundo o Dicionário Oxford, o termo lobbying surgiu dos encontros entre parlamentares e membros da nobreza britânica nos corredores — os chamados lobbies — do Parlamento. Ali, buscava-se influenciar decisões e defender interesses. Assim nasceram os lobistas.

Desde a origem, portanto, lobby é representação de interesses. Na prática, trata-se da tentativa legítima de influenciar decisões públicas. Empresas, trabalhadores, associações e cidadãos dialogam com o poder público para apresentar demandas e propostas — algo natural e essencial em qualquer democracia madura.

Nos Estados Unidos e na Europa, o lobby é regulamentado e transparente, com regras claras e mecanismos de controle. No Brasil, porém, a ausência de regulamentação alimenta preconceitos e confusões, muitas vezes associando o termo à corrupção.

Mas isso é um equívoco. Lobby, em sua essência, é uma atividade legal e necessária.

Exemplos não faltam: quando um sindicato defende melhores salários, quando um líder comunitário busca melho-

rias para o bairro ou quando entidades atuam para influenciar políticas públicas — tudo isso é lobby.

O próprio Congresso Nacional reflete essa dinâmica nas bancadas temáticas, como as do agronegócio, evangélica, da segurança e ambientalista. São formas organizadas de representação de interesses.

O problema, portanto, não é o lobby, mas a falta de regras. Sem regulamentação, a prática continua existindo, porém com menos transparência.

O que o Brasil precisa é regulamentar o lobby, com critérios claros, transparência e responsabilização. Assim, ele deixa de ser visto com desconfiança e passa a ser reconhecido como ferramenta legítima de participação.

Porque alguém sempre estará influenciando decisões públicas. A questão é: quem, como e com quais interesses.

O que não pode — e nunca deve — acontecer é corrupção. Isso não é lobby. Isso é crime.

Lobby é diálogo. É representação. É responsabilidade.

LUCAS IZOTON
Engenheiro e empresário

Cariacica quer criar Dia Municipal do Skatista

Projeto de Lei visa incentivar a prática do skate como esporte, lazer e estilo de vida, além de promover ações para a preservação das pistas

REDACAO@ESHOJE.COM.BR
redacao@eshoje.com.br

Tramita na Câmara Municipal de Cariacica o Projeto de Lei Legislativo nº 46/2026, de autoria do vereador Paulo Foto, que propõe a criação do Dia Municipal do Skatista, a ser comemorado anualmente em 21 de junho.

A iniciativa inclui a data no calendário oficial de eventos do município e prevê o incentivo à prática do skate como esporte, lazer e estilo de vida, além da promoção de ações voltadas à preservação de espaços públicos destinados à modalidade.

De acordo com o texto, a proposta também busca estimular a realização de campeonatos, oficinas e eventos culturais, além de fomentar o reconhecimento do skate como instrumento de inclusão social e cidadania. O projeto prevê ainda que o Poder Executivo poderá apoiar a realização de atividades em parceria com associações, coletivos de skatistas e a iniciativa privada.

Na justificativa apresentada, o autor destaca o papel da comunidade do skate no município. “A criação do Dia Municipal do Skatista é uma justa homenagem aos cidadãos de Cariacica que escolheram o skate não apenas como um esporte, mas como uma filosofia de vida fundamentada



Proposta também busca estimular a realização de campeonatos, oficinas e eventos culturais

na superação, na resiliência e na ocupação democrática da cidade”, afirma.

OBSERVADOR DO MEIO URBANO

O vereador acrescenta que “o skatista é, por natureza, um observador atento do meio urbano. On-

de muitos veem apenas concreto, o skatista enxerga possibilidades de superação física e criativa”.

O texto também aponta que praticantes da modalidade contribuem para a preservação de praças e pistas, além de fortalecer a identidade cultural jovem

por meio da moda, da música e das artes visuais. Segundo a justificativa, a presença constante de skatistas em espaços públicos ajuda a manter áreas urbanas movimentadas, o que pode contribuir para a redução de vandalismo e abandono.



“É uma homenagem àqueles que escolheram o skate não apenas como um esporte, mas como uma filosofia de vida fundamentada na superação”

PAULO FOTO, vereador

Hugo Cibien disputa 2ª etapa da Copa Truck

NO PRÓXIMO domingo (12), o piloto capixaba Hugo Cibien volta à pista. Será realizada a segunda etapa da Copa Truck 2026, no Autódromo Internacional de Santa Cruz do Sul (RS), circuito que retorna ao calendário da categoria após alguns anos.

Cibien chega embalado pelo quinto lugar conquistado na etapa de abertura da competição, em Campo Grande (MS), resultado obtido mesmo após enfrentar falhas eletrônicas que comprometeram o desempenho do seu caminhão.

Agora, o foco do piloto é a adaptação ao traçado gaúcho e a busca por maior confiabilidade mecânica para brigar pelas primeiras posições na categoria Elite. Com 3.530 metros de



Piloto capixaba vem de um 5º lugar na etapa de Mato Grosso

extensão e 14 curvas de diferentes velocidades, o autódromo de Santa Cruz do Sul é conside-

rado um dos mais técnicos e modernos do país.

Esta será a estreia de Cibien no local a bordo de um caminhão de cinco toneladas, aumentando o grau de desafio.

“A pista foi reformada e exige bastante do conjunto mecânico e do acerto do caminhão. Nosso principal objetivo é deixar tudo funcionando 100% para entender melhor o impacto do novo regulamento, já que na primeira etapa tivemos pouco tempo para avaliar”, destacou o piloto.

As duas corridas da segunda etapa da Copa Truck serão disputadas no domingo (12), a partir das 12h10, com transmissão ao vivo pela TV Bandeirantes, SporTV3 e plataformas digitais da categoria.

Esquiva disputa cinturão no Canadá

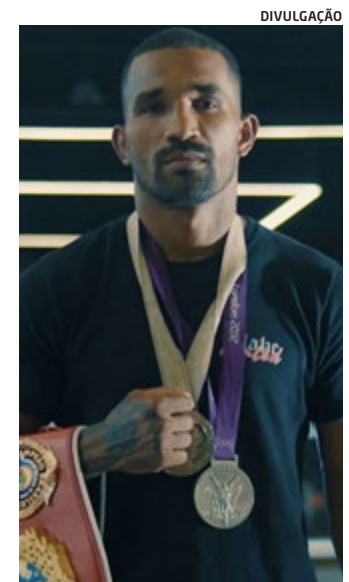
O PUGILISTA capixaba Esquiva Falcão vai disputar o título norte-americano de boxe em uma luta no Canadá, no próximo dia 11 de junho. Medalhista de prata nos Jogos Olímpicos de Londres 2012, Falcão é um dos principais nomes do boxe brasileiro.

Ele vai enfrentar o canadense Wilkens Mathieu na categoria Super Médio, com peso de até 76 kg. O jovem atleta tem 21 anos, disputou 15 lutas na carreira, tendo vencido todas.

Já o experiente capixaba vai subir ao ringue pela 35ª vez. Desde 2014, Falcão acumula 32 vitórias e apenas duas derrotas. Dessa vez, ele tem como objetivo trazer o cinturão mundial para o Brasil.

“Agora tenho a minha própria academia, então isso me deixa mais feliz ainda. Estou treinando, me preparando na minha academia. Estou em casa, essa é uma grande oportunidade para mim. Aos 36 anos, acredito que eu tenha capacidade de buscar esse cinturão para o boxe capixaba”, afirma Esquiva Falcão.

O confronto contra o canadense será no dia 11 de junho, no Capitole de Québec, histórico teatro do Canadá. A luta é realizada pela Federação Norte-Americana de Boxe Super Médio.



“Aos 36 anos, acredito que eu tenha capacidade de buscar esse cinturão para o boxe capixaba”

ESQUIVA FALCÃO, boxeador

Quando a cultura ganha espaço no ensino formal

Escola de Vitória cria centro cultural que integra alunos, artistas e público na Capital

GIULIANO DE MIRANDA
giulianohistoria@hotmail.com

A Escola Americana de Vitória anunciou a criação do EAV Art Center, novo espaço voltado a atividades culturais e educativas no campus Aeroporto. A iniciativa integra o processo de expansão da infraestrutura da escola e consolida a incorporação de um ambiente dedicado às artes em seu projeto pedagógico.

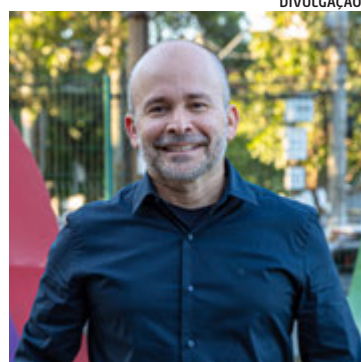
O espaço foi concebido para receber exposições, encontros, apresentações e atividades formativas, com uso voltado tanto ao cotidiano escolar quanto a ações abertas ao público. A proposta amplia a atuação da instituição no campo cultural ao envolver alunos, professores, artistas e convidados, além de aproximar a escola da comunidade capixaba.

Com o EAV Art Center, a escola passa a contar com um ambiente permanente voltado às linguagens artísticas, fortalecendo a integração entre arte, educação e convivência. O projeto se insere em uma visão de formação ampliada, na qual a experiência estética também faz parte do aprendizado.

A seguir, uma conversa com o CEO da instituição, Cristiano Carvalho:

1. Qual é o objetivo do EAV Art Center?

O Art Center pretende ser um hub das artes (plásticas, visu-



DIVULGAÇÃO

“A arte humaniza, desperta curiosidade e estimula a ampliação de repertórios, incentivando a criatividade e a percepção”

CRISTIANO CARVALHO, CEO

ais, cênicas e musicais) para a comunidade da EAV e também para a comunidade capixaba. Entendemos que a arte é uma criação humana que torna nossas vidas mais significativas e que pode estar presente em todos os espaços.

Uma casa, por exemplo, tem a função de nos proteger, mas também carrega escolhas estéticas, identidade e história. O mesmo acontece com outros elementos do cotidiano. A arte permite que esses espaços e objetos ultrapassem sua função utilitária e passem a expressar cultura e sensibilidade.

O projeto da escola foi pensado como um ambiente que inspira o aluno a querer aprender, conviver e permanecer na escola. A arte faz parte dessa construção porque humaniza, desperta curiosidade e estimula a ampliação de repertórios, incentivando a criatividade e a percepção.

2. Como o espaço será usado pelos alunos?

O EAV Art Center conta com um grande espaço multiuso destinado a exposições, palestras, apresentações culturais e encontros voltados às artes. A sala de música, onde ocorrem aulas e clubes, também está localizada nesse ambiente, assim como a biblioteca, o que garante um uso cotidiano pelos alunos.

O espaço foi pensado para proporcionar uma experiência imersiva, tanto pela arquitetura quanto pela presença de obras e elementos visuais. São ambientes que incentivam o aluno a produzir, compartilhar suas criações e conhecer as produções dos outros, fortalecendo o senso de pertencimento e troca.

A arte está inserida nesse contexto como parte da experiência humana. Um objeto simples, como um lápis, pode cumprir uma função prática, mas também pode se transformar em uma obra de arte, criar narrativas ou se tornar expressão estética. Essa percepção amplia a forma como o aluno se relaciona com o mundo.

3. Haverá atividades abertas ao público?

Sim. Já realizamos uma atividade na semana de abertura com a exposição “As Cores da Velocidade”, com Alan Mosca e obras também de Sid Mosca, incluindo capacetes utilizados por Ayrton Senna, Emerson Fittipaldi e Nelson Piquet.

Nosso objetivo é estabelecer um calendário contínuo de ati-



DIVULGAÇÃO

Espaço foi concebido para receber exposições, encontros, apresentações e atividades formativas

vidades que dialogue tanto com a comunidade escolar quanto com o público em geral.

Um exemplo que trabalhamos com os alunos é justamente o do capacete: ele tem a função de proteger, mas passa a incorporar uma dimensão estética e simbólica quando se transforma em suporte artístico. Essa mudança de percepção é central na nossa proposta.

4. Existem parcerias que estão previstas?

Sim. Assim como tivemos a parceria com a ArcelorMittal na exposição inaugural, pretendemos estabelecer novas colaborações com instituições, empresas e profissionais que

possam contribuir para a programação do espaço.

Essas parcerias são importantes para ampliar o alcance das atividades, diversificar as experiências oferecidas e fortalecer o diálogo com diferentes setores da sociedade, sempre com foco na arte e na educação.

5. O centro terá programação contínua?

Estamos estruturando uma agenda a partir das atividades acadêmicas e dos eventos da escola. Sempre que houver interface com o público externo, faremos a divulgação por meio dos nossos canais institucionais e veículos de comunicação.

Além da programação plane-

jada, o espaço também permite experiências espontâneas. Temos um piano em áreas de circulação que pode ser utilizado por qualquer pessoa. Após uma reunião com pais, por exemplo, um deles se sentou e começou a tocar, criando um ambiente de convivência e interação.

A arte tem esse papel de conectar as pessoas, estimular a convivência e gerar experiências compartilhadas. Trabalhamos também com uma perspectiva global, conectando referências globais com atuação local, entendendo a arte como um meio de compartilhar culturas, histórias e vivências, fortalecendo a relação entre indivíduo e comunidade.

DIVULGAÇÃO



O EAV Art Center tem o objetivo de fortalecer a integração entre arte, educação e convivência

Raízes da comida de cavalgada

Mais que alimento, a comida de estrada revela tradição, coletivo e o sabor que nasce da experiência



RICARDO BODEVAN
@chefbodevan

Tem comida que nasce na panela. E tem comida que nasce no caminho.

Quem já participou de uma cavalgada sabe: não é só sobre montar, percorrer estrada de chão e sentir o vento no rosto. É sobre ritual, encontro e, principalmente, comida. Porque ali ela não é coadjuvante — é protagonista.

Existe uma verdade simples: comida boa precisa sustentar. Dar energia. Ser feita para quem está em movimento, sob o sol, no esforço. Por isso, é direta, sem frescura, mas cheia de sabor.

Arroz, feijão, carne de panela, churrasco, linguíça, tropeiro, mandioca, farofa. É comida que abraça, sustenta e conversa com o corpo.

Há algo bonito nisso: o res-

peito ao contexto. Não faz sentido levar gastronomia de restaurante para a cavalgada. O que vale é praticidade com verdade — panela de ferro, fogo de lenha, tempero no olho e experiência na mão. Muitas vezes, isso entrega mais sabor do que cozinhas sofisticadas.

Quem cozinha ali não segue receita, segue memória. Repete gestos aprendidos com pai, avô, tio. É cultura viva — e isso tem valor.

Outro ponto forte é o coletivo. Ninguém come sozinho. A panela é grande, o prato é farto e sempre cabe mais um. Vai além do alimento: é pertencimento.

Mas há um bastidor essencial: a logística. Por trás de um prato servido no meio da estrada existe planejamento. É preciso calcular quantidades, cuidar do transporte, garantir conservação adequada e acertar o tempo do preparo.

A comida precisa estar pronta na hora certa. Nem

antes, nem depois. Isso exige organização, sincronia e atenção à higiene — água limpa, utensílios organizados e descarte correto.

RESPONSABILIDADE

E profissionalizar não significa perder a raiz. Dá para manter o fogão a lenha e o tempero de família com responsabilidade. Quando a logística funciona, a tradição aparece ainda mais forte.

Claro, nem tudo é equilíbrio. Há excessos — gordura, bebida, exageros. Faz parte. Mas já se vê um movimento de mudança: carnes melhores, menos gordura, inclusão de legumes, mais atenção à hidratação.

Não é sobre transformar cavalgada em dieta. É sobre evoluir sem perder a essência.

No fim, o espírito da cavalgada não está no excesso, mas na experiência. Enquanto o mundo acelera, ela desacelera. E a comida acompanha: não precisa impressionar — precisa fazer sentido.

FEIJÃO TROPEIRO DE CAVALGADA



Ingredientes

- 500g de feijão cozido (mais firme, sem caldo em excesso)
- 200g de bacon em cubos
- 200g de linguíça calabresa em rodelas
- 1 cebola grande picada
- 3 dentes de alho
- 3 ovos
- FARINHA de mandioca
- CHEIRO-VERDE a gosto

- SAL e pimenta-do-reino a gosto

Modo de fazer:

1. Em uma panela grande, frite o bacon até soltar bem a gordura. Entre com a linguíça e deixe dourar.
2. Adicione a cebola e o alho e refogue até ficar bem aromático.
3. Abra espaço na panela e coloque os ovos, mexendo até cozinhar.
4. Misture o feijão já cozido e escorrido. Vá ajustando o sal.
5. Finalize com a farinha de mandioca aos poucos, até chegar na textura que você gosta.
6. Finalize com cheiro-verde.
7. Sirva quente, com boa companhia e tempo pra aproveitar.



COLUNA DO VINHO

GUSTAVO DEBORTOLI)) @gustavodebortoli

O vinho engorda? A resposta pode ser complexa

Por muito tempo, o vinho ocupou um lugar curioso no imaginário popular: ao mesmo tempo em que é associado à sofisticação, à cultura e até a potenciais benefícios à saúde, também carrega o estigma de ser um inimigo silencioso da balança. Afinal, o vinho engorda?

DIVULGAÇÃO



A resposta direta pode frustrar quem busca simplicidade: não é o vinho, isoladamente, que determina o ganho de peso — mas sim o contexto em que ele é consumido.

Do ponto de vista calórico, o vinho está longe de ser irrelevante. Uma taça padrão de 150 ml contém, em média, entre 120 e 130 calorias, variando conforme o teor alcoólico e o açúcar residual. Uma garrafa inteira pode ultrapassar facilmente as 600 calorias. Ainda assim, esses números, por si só, não explicam o impacto real no organismo.

O ponto central está no metabolismo do álcool. Diferentemente de carboidratos, proteínas e gorduras, o álcool não é armazenado pelo corpo. Em vez disso, ele é tratado como uma substância prioritária a ser eliminada. Isso significa que, ao consumir vinho, o organismo interrompe temporariamente outros processos metabólicos — entre eles, a oxidação de gorduras.

Na prática, enquanto o corpo está ocupado metabolizando o álcool, a queima de gordura fica em segundo plano. Esse efeito é transitório, mas relevante quando o consumo se torna frequente. Além disso, há fatores comportamentais que amplificam o impacto calórico: o vinho raramente é consumido de forma isolada. Ele costuma vir acompanhado de refeições mais elaboradas, petiscos e, muitas vezes, escolhas alimentares me-

nos criteriosas.

Outro aspecto frequentemente negligenciado é a resposta individual. Pessoas com maior sensibilidade metabólica — como aquelas com resistência à insulina ou tendência à retenção de líquidos — podem perceber oscilações mais evidentes no peso corporal após o consumo de álcool. Nesses casos, o aumento na balança, no curto prazo, está muito mais relacionado à retenção hídrica e ao conteúdo intestinal do que ao acúmulo de gordura propriamente dito.

Em termos práticos, a literatura nutricional e a observação de padrões culturais oferecem um caminho equilibrado. Em países como a Itália, onde o vinho é parte integrante da rotina, o consumo costuma ser moderado, associado a refeições e inserido em um estilo de vida menos acelerado e mais consciente. O resultado é um cenário em que o vinho convive com saúde e longevidade, sem necessariamente contribuir para o ganho de peso.

Isso não significa ausência de risco, mas quando consumido com moderação, e acompanhado de alimentação equilibrada, o vinho dificilmente será o fator determinante para o ganho de peso. Por outro lado, quando consumido em excesso, pode sim contribuir de forma indireta para um desequilíbrio energético. E lembre-se: no fim, seu impacto não está apenas na taça, mas nas escolhas que a cercam.

PUBLICAÇÃO LEGAL

EDITAIS • COMUNICADOS • BALANÇOS • CONVÊNIÇOS • PRESTAÇÕES DE CONTAS



SEXTA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2026)) WWW.ESHOJE.COM.BR)) BIANCA@ESHOJE.COM.BR)) ANUNCIE: (27) 2180-0678 PAG.1

EXÉRCITO BRASILEIRO
38º BATALHÃO DE INFANTARIA

MINISTÉRIO DA DEFESA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90019/2025 - UASG 160093

Nº Processo: 64064.012482/2025-45. Objeto: Aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico e ferramental. Total de itens Licitados: 278. Edital: **09/04/2026** das 09h30 às 12h00 e das 13h30 às 16h30. Endereço: Praia de Piratininga, S/N, Prainha, Vila Velha - ES ou <https://www.gov.br/compras/edital/160093-5-90019-2025>. Entrega das propostas a partir de **09/04/2026** às 09h30 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **23/04/2026** às 10h00 no site www.gov.br/compras.

MARCELO MOREIRA FALCI JÚNIOR - TC
Ordenador de Despesas do 38º BI

AVISO DE ABERTURA DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA N.º 011/2026

ID T C E S / E S : 2026.009E0600003.01.0006 - PROCESSO N.º: 29.238/2025

O MUNICÍPIO DE ARACRUZ torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão Pública para a abertura da Concorrência Pública Eletrônica N.º 011/2026 cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA SÃO SEBASTIÃO, LOCALIZADA NO DISTRITO DE BARRA DO RIACHO, NESTE MUNICÍPIO DE ARACRUZ - ES. Limite para acolhimento das propostas: às 13:00h do dia 29/04/2026. Abertura das propostas: às 13:30h do dia 29/04/2026. Abertura da Sessão e início da disputa: às 14:00h do dia 29/04/2026. EDITAL: Disponibilizado nos sites: PMA: <http://www.aracruz.es.gov.br>. BLL: Endereço Eletrônico de Disputa: <https://bllcompras.com/Home/Login>. PNCP: <https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1>. Endereço Eletrônico de Cadastro no Sistema: <http://bll.org.br/cadastro>

Aracruz-ES, 09 de abril de 2026.

ALINE DE ALMEIDA SILVA PEROVANO
Agente de Contratação CPL/SEMGE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 90010/2026

C O D . C I D A D E S : 2025.500D1400001.01.0036

A Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo torna público que realizará licitação, tipo menor preço, via Registro de preços, para contratação de empresa para fornecimento de backdrops e estrutura de eventos, conforme Processo 911/2025, por meio do site www.compras-governamentais.gov.br, UASG: 926622. INÍCIO DO ENVIO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 10/04/2026. FIM DO ENVIO DAS PROPOSTAS, ABERTURA E SESSÃO PÚBLICA: às 10:00h horas do dia 29/04/2026. Informações por meio do e-mail: licitacao@defensoria.es.def.br.

Vitória, 09 de abril de 2026.

MARCELA BUNGENSTAB MASSINI
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO/ES

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 003/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO/ES, AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026 - O Município de Alto Rio Novo/ES torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico na plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br para CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS: DOIS ORIENTADORES SOCIAIS E UM EDUCADOR FÍSICO PARA A REALIZAÇÃO DOS PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DURANTE O EXERCÍCIO DE 2026. A sessão será dia 27/04/2026 às 09h01. Os interessados poderão retirar o Edital pelo site: www.altorionovo.es.gov.br ou no www.portaldecompraspublicas.com.br bem como na Sede da Prefeitura Municipal de Alto Rio Novo/ES, sito à Rua Paulo Martins, N.º 266, Santa Bárbara - Alto Rio Novo/ES - CEP 29760-000, em dias úteis, de segunda-feira a quinta-feira das 12h00min às 18h00 e sexta-feira das 07h00min às 13h00min. Informações complementares poderão ser obtidas através dos telefone (27) 99765-9858, da plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br e do e-mail: licitacao@altorionovo.es.gov.br.

Geise do Amaral Mauro Evangelista
Agente de Contratação

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 019/2026 Proc. N.º 40.499/2025

Objeto: Registro de Preços para provável contratação de empresa especializada para fornecer prestação de serviços de motorista e operadores de máquinas pesadas com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a serem executados de forma contínua. Recebimento das propostas: de 14/04/2026 a 30/04/2026 às 14:00h. Abertura das propostas e sessão de Disputa: 30/04/2026 às 14:15min. Critério de julgamento: menor preço global. Modo de disputa: aberto Legislação aplicável: 14.133/2021. Órgão requisitante: Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca. Edital disponível nos sites: www.cariacica.es.gov.br e www.gov.br/pnnp/pt-br, www.portaldecompraspublicas.com.br/ Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone: (27) 3354-5815. E-mail: pregao2@cariacica.es.gov.br

Cariacica-ES, 09/04/2026.

VANIA APARECIDA GANHO
Agente Contratação

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 90011/2026

C O D . C I D A D E S : 2026.500D1400001.01.0007

A Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo torna público que realizará licitação, tipo menor preço, via Registro de preços, para contratação de empresa para fornecimento de açúcar, conforme Processo 425/2025, por meio do site www.comprasgovernamentais.gov.br, UASG: 926622. INÍCIO DO ENVIO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 10/04/2026. FIM DO ENVIO DAS PROPOSTAS, ABERTURA E SESSÃO PÚBLICA: às 10:00h horas do dia 30/04/2026. Informações por meio do e-mail: licitacao@defensoria.es.def.br.

Vitória, 09 de abril de 2026.

MARCELA BUNGENSTAB MASSINI
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA/ES

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 007/2026

PROCESSO N.º 4995/2026

CÓDIGO CIDADES TCE/ES N.º 2026.052E0700001.01.0017

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de empreitada global com fornecimento de mão de obra e materiais, objetivando a construção de unidades habitacionais, de acordo com o Termo de Compromisso Transferegov.br n.º 992225 que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Nova Venécia, com a finalidade de Provisão Habitacional no Município de Nova Venécia/ES. Local: Portal de Compras Públicas - www.portaldecompraspublicas.com.br. Data de abertura: 21/05/2026. Horário máximo de recebimento da proposta: 08h00min (Horário de Brasília-DF). Horário do início da disputa: 08h30min (Horário de Brasília-DF). O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.portaldecompraspublicas.com.br e www.novavenecia.es.gov.br, e também poderá ser lido e/ou obtido através do e-mail licitacao@novavenecia.es.gov.br ou no endereço da Prefeitura Municipal de Nova Venécia/ES, situada na Avenida Vitória, n.º 347, Centro, Nova Venécia/ES, CEP: 29.830-000, nos dias úteis, no horário de 08h00min às 11h00min e de 13h00 às 17h00min. Informações pelo tel. (27) 3752-9004. Nova Venécia/ES, 09/04/2026

EDISON INENQUE SOARES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS
DECRETO N.º 20.518, DE 02 DE JANEIRO DE 2025
MATRÍCULA N.º 81669

DECLARAÇÃO

Eu, Hélio João Pepe de Moraes, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.858.270 SSP/ES e inscrito no CPF n.º 057.162.917-24, comunico, para os devidos fins, que meu diploma do curso superior de Direito, emitido pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV), foi inutilizado em decorrência de danos causados por chuva, após entrada de água no local onde o documento estava armazenado. Diante do ocorrido, solicito a expedição da 2ª via do referido documento. Vitória, 08 de abril de 2026.

SINDIGUINCHO - ES

SINDICATO DAS EMPRESAS E PROPRIETÁRIOS DE SERVIÇOS DE REBOQUE, RESGATE, GUINCHO E REMOÇÃO DE VEÍCULOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2026

O Presidente do SINDIGUINCHO-ES - SINDICATO DAS EMPRESAS E PROPRIETÁRIOS DE SERVIÇOS DE REBOQUE, RESGATE, GUINCHO E REMOÇÃO DE VEÍCULOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, inscrito no CNPJ / MF sob o n.º 03.522.890/0001-90, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelas alíneas "b" e "c" do art. 13 do Estatuto Social, e em atendimento aos dispostos do art. 23º, parágrafo único e art. 24º e 25º todos do Estatuto Social, CONVOCA a todas as Empresas e Proprietários de Serviços de Reboque, Resgate, Guincho e Remoção de Veículos de toda a base territorial do Estado do E. Santo, associados ou não, para participarem da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, com a seguinte ordem do dia: a) Apresentação da minuta da Convenção Coletiva de Trabalho apresentada a a(os) Sindicato(s) dos Trabalhador(es) de Motorista do Estado do Espírito Santo. b) Aprovação da (s) Convenção (ões) coletiva (s) de trabalho negociadas com os Sindicatos dos Trabalhadores de Motorista do Estado do Espírito Santo. c) Autorização para assinatura (s) da Convenção (ões) coletiva (s) de Trabalho. A ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA será realizada a ser realizada na R. José Anchieta, 14-84 - Canaã, Viana - ES, 29135-000 (Instalação da base do Katyel) dia 22 de abril de 2026, às 14:00 (quatorze horas) em primeira convocação e às 14:30 hs. (Quatorze horas e trinta minutos) em segunda e última convocação com qualquer número de associados ou não.

Vitória-ES, 10 de abril de 2026

Sindiguincho-ES
Emerson Schiffler
Presidente

AVISO RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 000004/2026

O Município de Venda Nova do Imigrante - ES, torna público a RETIFICAÇÃO modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, tipo menor preço, modo de disputa aberto, na forma prevista na Lei n.º 14.133/2021. DATA DE INÍCIO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS: 10/04/2026 às 08:00h. Edital disponível nos sites. www.portaldecompraspublicas.com.br e www.vendanova.es.gov.br

Alexandra de Oliveira Vinco
Agente de Contratação

Anuncie aqui.
bianca@eshoje.com.br

COMUNICADO

"BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A", CNPJ n.º 13.486.793/0001-42 torna público que **OBTEVE** da SEMMA, através do processo n.º 22128/2025, a Licença LMR n.º 1773/2026, para atividade de **Complexo Logístico**, na localidade de AV. Civit, n.º 1795, Barro Branco, Município da Serra/ES.

COMUNICADO

COMERCIAL ATHADEU LTDA torna público que **requereu** da SEMMA, através do processo n.º 33341/2026, Licença LMAR para atividade de **Veterinária**, cód. 23.02 N na localidade de R Sete de Setembro, n.º 695 - Centro V.V. - ES.

COMUNICADO

FERRETO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ N.º 01.355.714/0001-85, torna público que **OBTEVE** por meio da PMVV/SEMMA, LMAR N.º 055/2026 para desenvolvimento da atividade de **Estocagem, armazenamento ou depósito de cargas gerais, exclusivamente em galpão fechado, inclusive materiais de construção civil...Sem atividades de manutenção e abastecimento de veículos** (Cód. 22. 09 - N), Classe S, na Av. Anders, n.º 12, Nova Itaparica, Vila Velha/ES.

COMUNICADO

WSV TRANSPORTES E LOGÍSTICAS LTDA, CNPJ n.º 13.349.563/0001-31, torna público que **obteve** da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade e Meio Ambiente (SEMDEC) de Cariacica-ES, por meio do processo n.º 30498/2019, a Licença Ambiental de Regularização - LAR 07/2026 para a atividade de **Garagem de ônibus e outros veículos automotores com atividades de manutenção, lavagem, abastecimento, lanternagem e pintura**, localizada em Rua Nova Valverde, n.º626, bairro Nova Valverde, Cariacica/ES.

COMUNICADO

DKW NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ n.º 43.644.619/0001-41, torna público que **está requerendo** à PMVV/SEMMA, LMP E LMI (Licença Municipal Ambiental Prévia e Instalação) para desenvolvimento da atividade **Terraplenagem executada no interior de propriedade rural** (cód. 21.26) - Classe III, à Rodovia Governador Mario Covas, km-312 - BR-101, Zona Rural - Fazenda Tira Teima, município de Vila Velha/ES.

Seja no impresso ou digital

PUBLICAÇÃO LEGAL

EDITAIS • COMUNICADOS • BALANÇOS • CONVENÇÕES • PRESTAÇÕES DE CONTAS

bianca@eshoje.com.br

D4Sign

BDC COMUNICACOES LTDA
23895081000130

Aplicado

ICP-Brasil



SEXTA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2026)) WWW.ESHOJE.COM.BR)) BIANCA@ESHOJE.COM.BR)) ANUNCIE: (27) 2180-0678 PAG.2

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 -

VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇO(S) com dedicação exclusiva de mão de obra na função de Auxiliar de Serviços Gerais E na função de Porteiro-Categoria: Pregão Eletrônico - menor preço global cujo critério de julgamento é o menor preço global. Data de abertura do recebimento das propostas: 14 de abril de 2026 horário: 09:00h Local: <https://licitacoes-e2.bb.com.br> ID. TCEES 2026.017E0800001.01.0001 O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cariacica - IPC, neste ato torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, objetivando contratação de empresa especializada em terceirização de serviço(s) com dedicação exclusiva de mão de obra, em LOTE ÚNICO separado por item, para fornecimento de 02 (dois) profissionais na função de Auxiliar de Serviços Gerais e material; 01 (um) profissional na função de Porteiro, conforme termo de referência. Encerramento do recebimento das Propostas: dia 29/04/2026 horário: 09h00min Início da Sessão de Disputa: dia 29/04/2026 às 10h00min. O Edital completo estará disponível, nos sites <https://licitacoes-e2.bb.com.br>; www.ipccariacica.es.gov.br e <https://www.gov.br/pncp/pt-br> Informações através do e-mail: compras.ipc@cariacica.es.gov.br



Seja no impresso semanal ou, no digital diário

Aqui você realiza,
no melhor preço de
mercado, a sua
publicação legal.



Certificação Digital credenciada pelo ICP-Brasil

Atas, Licença Ambiental, Balanço, Edital e, Atos Oficiais

Contato: Bianca Coutinho
bianca@eshoje.com.br

Publicação Legal

Meio Impresso e digital

Certificação Digital
credenciada pelo
ICP-Brasil

Atas, Licença
Ambiental,
Balanço, Edital e,
Atos Oficiais

Contato Comercial
Bianca Coutinho
bianca@eshoje.com.br
27 2180-0678



Águas de Reúso de Vitória S.A.

CNPJ/MF nº 54.967.216/0001-50

D4Sign

BDC COMUNICACOES LTDA
23895081000130

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e período de 22 de abril de 2024 a 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial				Demonstração do Resultado				Demonstração dos Fluxos de Caixa					
Ativo	Nota	2025	2024	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024	Período de 22/04/2024 a 31/12/2024	Período de 22/04/2024 a 31/12/2024	Período de 22/04/2024 a 31/12/2024
Ativo Circulante				Ativo Circulante				Receita Líquida					
Caixa e equivalentes de caixa	5	5	3.306	Arrendamento mercantil	12	-	33	Custo dos Serv. Prestados	16	(49.548)	(1.159)		
Aplicações financeiras	6	46.167	1.748	Empréstimos e financiamentos	10	96.666	-	Despesas Operacionais					
Impostos a recuperar		715	10	Instrumentos financeiros				Gerais e administrativas	16	(935)	(421)		
Outros créditos		275	539	derivativos	11	7.685	-	Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro					
Total do Ativo Circulante		47.162	5.603	Fornecedores		17.460	65	Resultado Financeiro					
Ativo Não Circulante				Obrigações sociais		85	28	Receitas financeiras	17	373	113		
Realizável a Longo Prazo				Obrigações fiscais		306	2	Despesas financeiras	17	(53)	(1)		
IRPJ e CSLL	18.2	-	104	Dividendos a pagar	13	382	-	Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Impostos IRPJ e CSLL					
Outros créditos		465	-	Partes relacionadas	13	158	1.351	Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício					
		465	104	Total do passivo circulante		122.742	1.479	Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído - R\$	19	0,076	(0,01)		
Ativo de contrato	7	100.120	1.100	Ativo Não Circulante				Demonstração do Resultado Abrangente					
Imobilizado	8	61	130	Arrendamento mercantil	12	-	20	Período de 22/04/2024 a 31/12/2024					
Intangível	9	162	57	Total do passivo não circulante		20		2025					
		100.343	1.287	Total do passivo		122.742	1.499	2024					
Total do ativo não circulante		100.808	1.391	Patrimônio Líquido				1.815					
Total do Ativo		147.970	6.994	Capital social	14	24.000	5.700	Total do resultado abrangente do período					
				Reserva legal		81	-						
				Reserva de lucros		1.147	-						
				Prejuízos acumulados		-	(205)						
				Total do patrimônio líquido		25.228	5.495						
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		147.970	6.994						
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras													
1. Informações gerais – A Águas de Reúso de Vitória S.A. ("Companhia") foi constituída em 22 de abril de 2024, tendo por objeto social específico e exclusivo o cumprimento do Contrato de Subconcessão da Prestação dos Serviços Públicos de Tratamento de Efluentes Sanitários da Bacia de Camburi e de Fornecimento de Água não potável na modalidade de Reúso para Utilização Industrial, mediante projeto, construção e manutenção de Estação de Produção de Água de Reúso – EPAR, Estação Elevatória de Reversão, Linhas de Recalque e Destinação Final de Efluentes Salinos, em local disponibilizado pela Companhia Espírito Santense de Cessação ("CESAN"). A Companhia assinou o contrato com a CESAN em 11 de junho de 2024. A vigência do contrato, incluído o prazo para construção da Estação de Tratamento, é de 30 (trinta) anos a partir da data de eficácia do contrato. O contrato poderá ter seu prazo de vigência prorrogado apenas como forma de recomposição de seu equilíbrio econômico-financeiro, sendo o período máximo de prorrogação limitado à data do termo final do Contrato vigente, salvo se houver autorização por parte do titular dos serviços, observada a legislação em vigor no momento da prorrogação e sem prejuízo do disposto no artigo 18 da Lei Federal nº 11.445/07. O valor estimado do contrato é de R\$250.570.689,00 (duzentos e cinquenta milhões e quinhentos e setenta mil e seiscentos e oitenta e nove reais), correspondente ao Valor Presente Líquido – VPL estimado das receitas brutas da Subconcessão durante a vigência da concessão ou o equivalente a uma soma simples em termos nominais de R\$1.683.744.600,00 (um bilhão e seiscentos e oitenta e três milhões e setecentos e quarenta e quatro mil e seiscentos reais). Integram a Subconcessão os bens necessários à prestação do serviço objeto deste Contrato entregues pela CESAN a serem projetados, construídos, adquiridos e afetados aos serviços pela Subconcessão, observadas as diretrizes deste Contrato e seus anexos, conforme inventário a ser elaborado e mantido atualizado, pela Subconcessão, bem como aqueles projetados, construídos, adquiridos, ampliados e/ou implantados pela Subconcessão para a execução da Subconcessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontra-se atualmente em fase pré-operacional, ainda sem o início de suas atividades operacionais. Durante esse período, as receitas reconhecidas referem-se exclusivamente aos investimentos realizados na concessão, em conformidade com o disposto no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. 2. Políticas contábeis materiais – 2.1. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. A Administração da Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPC 07 – Orientação, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração para emissão em 25 de março de 2025. 2.2. Classificação corrente versus não corrente: A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional da Companhia; • Está mantido, essencialmente, com a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. 2.3. Mensuração do valor justo: A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo e, (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utiliza o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa													

... continuação

Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. O valor contábil de ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.14. Receitas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e vendas de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Nas demonstrações financeiras, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. As receitas são reconhecidas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. As estimativas se baseiam em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. Um recebível é reconhecido se o valor de contraprestação que seja incondicionalmente devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). Os direitos a faturar representam receitas incorridas, cujo fornecimento de água de reúso foi efetuado, entretanto o faturamento ocorrerá no mês subsequente. Os direitos a faturar são reconhecidos em contrapartida aos valores a faturar em contas a receber. Os tipos de receitas da Companhia estão descritos abaixo: **Receitas de comercialização de água de reúso:** As receitas de comercialização compreendem o valor justo da venda de águas de reúso no curso normal das atividades da Companhia e são reconhecidas à medida que os fornecimentos de água de reúso são efetuados. **Receitas de construção:** As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços são reconhecidas baseadas no estágio de conclusão da obra realizada, consistentes com a prática contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica ICP 01 (R1) – Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Quando contratam serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção. A Administração da Companhia entende que a subconcessão de água de reúso não prevê lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo. **2.15. Resultado financeiro:** As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, fundo restrito e debêntures privadas. **2.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2025:** Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. **Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtópicos especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtópicos de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrará em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e

notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. • Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. • Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratuais vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 1J:** Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais:** Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e: • Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos. • Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. • Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não represente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – 3.1. Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: **Análise dos contratos de arrendamento:** A Companhia analisa os contratos de aluguel para identificar se eles se enquadram nos critérios de arrendamento definidos pelo Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Nessa análise, a Companhia utiliza seu julgamento para verificar a periodicidade de cada contrato, juntamente com as opções de renovação e rescisão. A Administração da Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. **3.2. Estimativas:** As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações financeiras, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir. A Companhia baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são

refletidas nas premissas quando ocorrem. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 4. **Tributos diferidos:** O tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos. O diferido ativo é sobre as diferenças temporárias de depreciação e amortização de arrendamento mercantil. O diferido passivo é sobre diferenças temporárias de RTT e encargos financeiros. O julgamento significativo da Administração, em relação ao ativo fiscal diferido, é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. O passivo fiscal diferido é mensurado quando for liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado. A Companhia espera amortizar o valor contábil do passivo fiscal diferido até o encerramento do contrato de concessão. **4. Gestão de riscos – 4.1. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros:** Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, apli-

Indicadores	Saldo contábil		Cenário I (provável)		Cenário II (+ 25%)		Cenário II (- 25%)		Cenário III (+ 50%)		Cenário III (- 50%)	
	PTax	RS	USD	USD	USD	USD	USD	USD	USD	USD	USD	USD
CDI		14,26%	(*)	17,83%	10,70%	21,39%	7,13%					
Aplicações financeiras	46.167	52.751		54.397	51.105	56.043	49.459					
CDI + 1%		15,26%	(*)	19,08%	11,45%	22,89%	7,63%					
Empréstimos e financiamentos	96.666	53.213		54.974	51.451	56.735	49.690					

(*) Fonte dos índices – Banco Central do Brasil – BACEN (CDI acumulado em 31 de dezembro de 2025)

b) **Risco de câmbio:** O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia) e a captações de recursos financeiros. A Companhia gerencia seu risco de câmbio garantindo que o fluxo de caixa dessas transações seja previsto até a liquidação do valor a pagar ou a receber, expresso em moeda estrangeira. A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrado no quadro a seguir, pelos montantes de principal (em R\$ mil):

	2025	2024
Empréstimos e financiamentos	5,5024	96.666
Instrumentos derivativos	7,685	1.397
Exposição líquida	104,351	18,965

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 10, o valor principal do empréstimo contraído totaliza US\$ 17.307. Para fins de gerenciamento de risco cambial, foi contratado swap cambial com valor notional de US\$ 17.307, que representa exclusivamente a base de cálculo do instrumento derivativo. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida pela Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido de cada uma. **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos. Para administrar a liquidez de caixa em moeda nacional, a Companhia possui premissas de desembolsos e recebidos que são monitorados diariamente pela Tesouraria da Companhia. O objetivo da Companhia é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio das debêntures privadas e contratos de arrendamento. **4.2. Instrumentos financeiros por categoria:** Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	2025	2024
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.306
Ativo de contrato	100.120	1.100
Outros créditos	740	539
	100,865	4,945
Ativos financeiros por meio do resultado		
Aplicações financeiras	46.167	1.748
	46.167	1.748
Total do ativo financeiro	147,032	6,693
Passivos financeiros pelo custo amortizado		
Arrendamento mercantil	-	(53)
Empréstimos e financiamentos	(96.666)	-
Contas a pagar de fornecedores	(17.460)	(65)
Dividendos a pagar	(382)	-
Contas a pagar de partes relacionadas	(158)	(1.351)
	(114,666)	(1,469)
Passivos financeiros por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	(7,685)	-
	(7,685)	-
Total do passivo financeiro	(122,351)	(1,469)
Ativos e passivos financeiros líquidos	24,681	5,224

4.3. Gestão de capital: O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é o de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas. A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os índices de alavancagem financeira são os seguintes:

	2025	2024
Empréstimos e financiamentos	96.666	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(5)	(3.306)
(-) Aplicações financeiras	(46.167)	(1.748)
Dívida líquida	50,494	(5,054)
Patrimônio líquido	25.228	5.495
Total do capital	75,722	4,441
Índice de alavancagem (%)	66,68%	(114,03%)

cações financeiras, ativo de contrato e outros créditos. Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se à contas a pagar de fornecedores e conta a pagar de partes relacionadas. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de supervisão a gestão desses riscos. A Administração da Companhia afirma que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia. A Companhia não possui atividades envolvendo derivativos. A Administração da Companhia estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir: **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras. Dentro do risco de mercado, o risco aplicável à Companhia é o risco de taxa de juros e risco de câmbio. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, é requerida a divulgação de demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração da Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Para os cenários II e III considerou, conforme instrução da CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente. a) **Risco de taxa de juros:** Riscos de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras da Companhia sujeitas a taxa de juros variáveis. **Sensibilidade à taxa de juros:** A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventos possíveis na taxa de juros sobre as aplicações financeiras:

	Taxa efetiva de juros anual	Vencimento	2025	2024
Banco Santander (Brasil) S.A.	LIN 360 USD	05/10/2026	96.666	-
Passivo circulante			96.666	-
Passivo não circulante			-	-
			96.666	-

A Administração não possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos, essas aplicações possuem a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. **7. Ativo de contrato –** O ativo de contrato refere-se ao direito contratual da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de água, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, o ativo de contrato será classificado como intangível. A movimentação do ativo de contrato é como segue:

	2025	2024
Juros dos empréstimos incorridos no período	4.664	-
Variação cambial dos empréstimos	(5.871)	-
Receita financeira incorridas no período	(4.664)	-
Swap cambial	12.857	-
Despesas incorridas para capitação do empréstimo	999	-
Total dos juros capitalizados	7,985	0

	2024	Adições	Baixas	2025
Custo				
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4	-	-	4
Móveis e utensílios	38	-	-	38
Equipamentos de informática	25	-	-	25
Beneficiárias em imóveis de terceiros	13	-	-	13
Direito de uso de arrendamento (i)	67	-	(67)	-
	147	-	(67)	80
	22/04/2024			
Custo	2024	Adições	Baixas	2024
Máquinas, aparelhos e equipamentos	-	4	-	4
Móveis e utensílios	-	38	-	38
Equipamentos de informática	-	25	-	25
Beneficiárias em imóveis de terceiros	-	13	-	13
Direito de uso de arrendamento (i)	-	67	-	67
	-	147	-	147
	2024	Adições	Baixas	2025
Máquinas, aparelhos e equipamentos	-	(1)	-	(1)
Móveis e utensílios	(1)	(4)	-	(5)
Equipamentos de informática	(1)	(5)	-	(6)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	(1)	(6)	-	(7)
Direito de uso de arrendamento (i)	(14)	-	14	-
	(17)	(16)	14	(19)
	22/04/2024			
Depreciação	2024	Adições	Baixas	2025
Máquinas, aparelhos e equipamentos	-	(1)	-	(1)
Móveis e utensílios	(1)	(4)	-	(5)
Equipamentos de informática	(1)	(5)	-	(6)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	(1)	(6)	-	(7)
Direito de uso de arrendamento (i)	(14)	-	14	-
	(17)	(16)	14	(19)
	22/04/2024			
Depreciação	2024	Adições	Baixas	2024
Máquinas, aparelhos e equipamentos	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	(1)	-	(1)
Equipamentos de informática	-	(1)	-	(1)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	-	(1)	-	(1)
Direito de uso de arrendamento (i)	-	(14)	-	(14)
	-	(17)	-	(17)
	2025	2024		

Saldo líquido 2025 2024
Máquinas, aparelhos e equipamentos 3 4
Móveis e utensílios 33 37
Equipamentos de informática 19 24
Beneficiárias em imóveis de terceiros 6 12
Direito de uso de arrendamento (i) - 53
61 130
Saldo líquido 2024 22/04/2024
Máquinas, aparelhos e equipamentos 4 -
Móveis e utensílios 37 -
Equipamentos de informática 24 -
Beneficiárias em imóveis de terceiros 12 -
Direito de uso de arrendamento (i) 53 -
130 -
(i) Em 5 de abril de 2024, a Companhia assinou o contrato de locação de imóvel comercial junto à Guilherme Dias & Associados Consultoria e Participações Ltda., o que explica as adições de arrendamento mercantil no período. Os detalhes sobre os pagamentos e prazos da obrigação estão descritos na nota explicativa nº 10. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 os valores

	2024	Adições	2025
Constatações em arrendamento mercantil foram baixados, adicionalmente, as baixas no direito de caixa de arrendamento, o valor de R\$53,3 mil impactou na movimentação da demonstração do fluxo de caixa, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20.			
9. Intangível – Custo			
Máquinas, aparelhos e equipamentos	-	13	13
Móveis e utensílios	-	22	22
Equipamentos de informática	-	95	95
Software	59	-	59
	59	130	189
Custo	22/04/2024	Adições	
Máquinas, aparelhos e equipamentos	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-
Equipamentos de informática	-	-	-
Software	-	59	59
	-	59	59
Amortização	2024	Adições	2025

PUBLICAÇÃO LEGAL

EDITAIS • COMUNICADOS • BALANÇOS • CONVENÇÕES • PRESTAÇÕES DE CONTAS



SEXTA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2026)) WWW.ESHOJE.COM.BR)) BIANCA@ESHOJE.COM.BR)) ANUNCIE: (27) 2180-0678 PAG.5

... continuação

13. Partes relacionadas

2025	Custos/Despesas operacionais	
	Contas a pagar	Dividendos a pagar
GS Inima Soluções em Saneamento Ltda.	156	-
GS Inima Brasil Ltda.	2	(551)
GS Inima Industrial S.A.	-	344
Tubonews Construção e Montagem Ltda.	-	38
	158	382

Em 22 de abril de 2024, por meio da Ata de Assembleia Geral de Constituição, as acionistas GS Industrial e Tubonews aportaram R\$9 mil e R\$1 mil, respectivamente, na presente data e em moeda corrente nacional. Sucessivamente, em 24 de maio de 2024, quando da assinatura do Contrato de Subconcessão, as acionistas GS Industrial e Tubonews aportaram R\$2.151 e R\$239, respectivamente. Em 20 de dezembro de 2024 foram integralizados pela GS Industrial e Tubonews o montante de R\$2.970 e R\$330, respectivamente. Em 10 de fevereiro de 2025 o capital social foi totalmente integralizado, totalizando o montante de R\$24.000. **14.2. Reserva legal:** A reserva legal será constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício, quando houver, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital social acrescido das reservas. Em 31 de dezembro de 2025, foi constituído complemento de reserva legal no montante de R\$ 81. **14.3. Reserva de lucros e lucros acumulados:** O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e/ou Extraordinária (AGE). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia transferiu o saldo total da conta de lucros acumulados, no montante de R\$ 1.147 para a conta de reserva de lucros. **14.4. Dividendos:** O estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Companhias por Ações. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios nos montantes de R\$ 382.

15. Receitas

2025	2024
Receita bruta	
Serviços de construção	49.548
Receita líquida	49.548

As receitas dos serviços de construção são reconhecidas com base no estágio de conclusão das obras realizadas e referem-se às melhorias no prédio administrativo e da construção da Estação de Produção de Água de Reuso - EPAR, no município de Vitória/ES. A Administração da Companhia entende que a subconcessão de água de reuso não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.

16. Custos e despesas por natureza

2025	2024
Custo dos serviços prestados	
Serviços de construção (i)	(49.548)
	(1.159)

(i) Os custos dos serviços de construção são reconhecidos com base no estágio de conclusão das obras realizadas e referem-se às melhorias no prédio administrativo e da construção da Estação de Produção de Água de Reuso - EPAR, no município de Vitória/ES. A Administração da Companhia entende que a subconcessão de água de reuso não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.

17. Resultado financeiro

2025	2024
Receitas financeiras	
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.711
Variação monetária e cambial ativa	1
	3.712
Despesas financeiras	
Juros sobre títulos pagos	(10)
Outras despesas financeiras	(43)
	(53)
Resultado financeiro, líquido	3.659

Os serviços de terceiros correspondem, substancialmente, aos gastos com consultorias e assessorias jurídicas, decorrente da constituição da Companhia.

18. Imposto de renda e contribuição social - 18.1. Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	2.724
Alíquota vigente	34%
Despesa calculada com IRPJ e CSLL à alíquota vigente	(926)
Ajustes para alíquota efetiva:	
Diferenças permanentes	17
Despesa c/ IRPJ e CSLL corrente	(909)
Correntes	(805)
Diferidos	(104)
	(909)
Alíquota efetiva	33%

18.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

2025	2024
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	- 104
Reconhecimento na demonstração do resultado	(104)
	- 104

19. Lucro (prejuízo) por ação

2025	2024
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	1.815
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	24.000
Lucro (prej.) básico por ação	0,076

20. Demonstrações dos fluxos de caixa - A seguir demonstramos as transações que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

2025	2024
Juros capitalizados de empréstimos para o ativo de contrato (i)	7.985
Dividendos propostos e não pagos	382
Aquisições de arrendamento mercantil	- 67
Baixa de arrendamento mercantil	(53)
	8.314

(i) Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos, os encargos financeiros incorridos no período estão sendo capitalizados como parte do custo do ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2025, foram capitalizados R\$7.985, aos quais não tiveram impacto no caixa da Companhia.

21. Cobertura de seguros - A Companhia, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "todos os riscos" para os danos materiais, cobrindo perdas, destruição ou danos dos bens que integram o contrato, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: risco de construção, projetista, maquinário e equipamento de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas. Em 31 de dezembro de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como seguem:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Garantia de contrato	28.260
Responsabilidade civil	20.000
Riscos de engenharia	282.604

22. Eventos subsequentes - A Companhia não identificou eventos subsequentes às demonstrações financeiras que necessitam de divulgações aos usuários dessas demonstrações.

Diretoria	
Paulo Roberto de Oliveira	Diretor Presidente
Samara Moreira Damaceno	Diretora Técnica
Marco Tadeu de Castro Macedo	Diretor Administrativo e Financeiro

Contador	
Rodrigo Basso	CRC 1SP 266.229/0-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Águas de Reuso de Vitória S.A.** | Vitória-ES

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Reuso de Vitória S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho da sua operação e o seu fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificações em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Ribeirão Preto, 25 de março de 2026.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP 027.623/F
Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC SP 175.536/0

Somos diário. Seja no impresso ou no digital

Aqui você realiza, no melhor preço de mercado, a sua publicação legal.



Espírito Santo Saneamento S.A.

CNPJ/MF nº 63.029.732/0001-24

D4Sign

BDC COMUNICACOES LTDA
23895081000130

Demonstrações Financeiras referentes ao período de 3 de outubro de 2025 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial		Demonstração do Resultado		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Ativo	Nota	2025	Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota	2025	Capital social	Capital Integralizar	Capital Reserva legal	Reserva de lucros acumulados	Lucros Total
Circulante			Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	46	Fornecedores	9	960					424
Aplicações financeiras	6	58.528	Obrigações sociais		145					61.565
Outros créditos		256	Obrigações fiscais	10	132					(21)
Total do ativo circulante		58.830	Dividendos a pagar	11	101					(101)
Não Circulante			Total do passivo circulante		1.338					
Realizável a Longo Prazo			Não Circulante							
Ativo financeiro	7	3.616	Total do passivo não circulante							
		3.616	Total do passivo		1.338					
Imobilizado	8	780	Patrimônio Líquido							
		780	Capital social	12	61.565					
Total do ativo não circulante		4.396	Reserva de lucros		323					
Total do Ativo		63.226	Total do patrimônio líquido		61.888					
			Total do Passivo e Patrimônio Líquido		63.226					

Demonstração do Resultado		Demonstração dos Fluxos de Caixa		
Receita Líquida	Nota	2025	Nota	2025
Custo dos Serviços Prestados	13	3.616	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	
Lucro Bruto	14	(3.616)	Lucro operacional antes dos impostos	614
Recursos e Despesas Operacionais Gerais e administrativas	14	(740)	Ajustes para conciliar o lucro operacional antes dos impostos ao caixa oriundo das atividades operacionais	8
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro	(740)	(740)	Depreciação do imobilizado	17
Receitas financeiras	15	1.355	Variação nos ativos operacionais:	
Despesas financeiras	15	(1)	Outros créditos	(256)
Lucro Operacional antes dos Impostos	614	614	Variação nos passivos operacionais:	
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	16.1	(190)	Fornecedores	9
Lucro líquido do Período	424	(190)	Obrigações sociais	145
Lucro por ação – básico e diluído – R\$	17	0,01	Obrigações fiscais	(58)
			Caixa gerado nas atividades operacionais	1.422
			Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – A Espírito Santo Saneamento S.A. (“Companhia” ou “Concessionária”) é a sociedade de propósito específico constituída pelo Consórcio GS Inima – Forte Ambiental para a execução do Lote A da Parceria Público-Privada (“PPP”) de esgotamento sanitário da Companhia Espírito-santense de Saneamento – Cesan (“Poder Concedente”). A Companhia foi constituída em 03 de outubro de 2025. O contrato administrativo de PPP referente ao Lote A foi formalizado em 31 de outubro de 2025 (Contrato nº 305/2025), tendo sido publicado o extrato em 06 de novembro de 2025. O Lote A abrange 35 municípios do Estado do Espírito Santo e tem por objeto a adequação, ampliação, manutenção e operação do sistema de esgotamento sanitário, além de serviços de apoio à gestão comercial nas áreas abrangidas. O prazo contratual é de até 25 anos. O critério de julgamento do certame foi o menor valor por metro cúbico de esgoto tratado, sendo adjudicado o Lote A ao Consórcio GS Inima – Forte Ambiental, que apresentou a proposta vencedora e, posteriormente, firmou o Contrato nº 305/2025 por R\$3.664.254.187,39 (valor de contraprestações ao longo da vida do contrato). Os serviços e investimentos compreendem, adequação, ampliação, manutenção e operação do sistema de esgotamento sanitário nos 35 municípios abrangidos ao Lote A. A estimativa de investimento no período contratual pela Companhia é de R\$1,2 bilhões, valor que será destinado aos investimentos que são necessários para cumprimento do contrato de concessão. A estrutura de risco prevista na modelagem da PPP estabelece que a Concessionária assume riscos operacionais e de desempenho (inclusive de eficiência, disponibilidade e qualidade do serviço), enquanto o Poder Concedente mantém responsabilidades típicas de concessão administrativa. Pagamentos estão condicionados ao alcance de metas e à conformidade ambiental, com mecanismos de abatimento em caso de não cumprimento. Conforme previsto em contrato, a Concessionária está sujeita a um período de operação assistida imediatamente após a assinatura contratual e início dos procedimentos de mobilização. Esse período teve início em 03 de novembro de 2025 e possui duração de até 6 (seis) meses, com possibilidade de encerramento antecipado caso os requisitos operacionais sejam atingidos antes do prazo máximo. A data prevista de assunção dos serviços é em 01 de abril de 2026. **2. Políticas contábeis materiais** – **2.1. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. A Administração da Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPC 07 – Orientação, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração para emissão em 25 de março de 2026. **2.2. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Companhia; • Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional da Companhia; • Está mantido, essencialmente, com a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.3. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo e, ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utiliza o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Todos os instrumentos financeiros da Companhia são considerados de nível 2. **2.4. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **2.4.1. Ativos financeiros:** a) **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou, para as quais, a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. b) **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber do ativo financeiro, ativo de contrato e outros créditos. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)** Para os instrumentos de dívida do valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. A Companhia não possui ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). **Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)** No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. A Companhia não possui ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros da Companhia ao valor justo por meio do resultado incluem o fundo restrito e as aplicações financeiras. c) **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. • Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia. • O envolvimento continuado sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade possa ser obrigada a restituir (valor da garantia). d) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para as contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas e externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. **2.4.2. Passivos financeiros:** a) **Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. b) **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de compra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Os passivos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem empréstimos e financiamentos, contas a pagar de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas, dividendos a pagar e outras obrigações. c) **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação específica no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em caixa, contas correntes bancárias e depósitos bancários. Esses saldos estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor e são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **2.6. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Corresponde, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas com bancos de primeira linha, mantidas para investimentos. **2.7. Fundo restrito:** Os fundos restritos são aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Corresponde, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósito Bancários) e estão vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, para cumprimento das obrigações contratuais de ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida). **2.8. Contas a receber:** As contas a receber são registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. Corresponde a: i) valores a receber dos órgãos competentes relacionados aos serviços prestados de tratamento de esgoto; e ii) valores a receber referente a receitas acessórias e clientes privados. A provisão para perda de crédito esperada é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas. Ao mensurar a provisão para perda de crédito esperada, a Administração da Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da provisão para perda de crédito esperada. O critério para constituição da provisão para perda de crédito esperada corresponde aos títulos a receber que possuem vencimento superior a 180 dias. Para

reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido de amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível. A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na data definida de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Os anos de vida útil estimados para cada grupo do ativo intangível são os seguintes:

Classe de ativos imobilizados	Vida útil
Software	5 a 10 anos

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é baixado (desreconhecido) quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **2.13. Custo dos empréstimos e financiamentos:** Os custos dos empréstimos e financiamentos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados aos custos de tais ativos até a data em que estejam prontos para uso ou venda pretendida. **2.14. Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão, foi mensurado a valor presente, e é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Para toda ação judicial que tiver causa provável de perda, é feita a provisão contábil. **2.15. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO). **2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.17. Tributos:** **Lucro real:** A Companhia é optante pelo lucro real e calcula o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferida sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária, aplicando a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitando a 30% do lucro real do exercício. **Imposto de renda e contribuição social – correntes:** O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real diferente do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. **Imposto de renda e contribuição social – diferidos:** O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. O valor contábil de ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na

continua ...

Espirito Santo Saneamento S.A.

... continuação

data do balanço. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida e, se e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.18. Receitas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Mas demonstrações financeiras, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. As receitas são reconhecidas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. As estimativas se baseiam em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). Os direitos a futuro são decorrentes da prestação de serviço da operação do sistema de tratamento de esgoto e remuneração do ativo financeiro, cujo faturamento ocorrerá no mês subsequente com a emissão da fatura. Os tipos de receitas da Companhia estão descritas abaixo: **Receitas de serviços de operação:** A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho. As receitas de serviços de operação são provenientes do sistema de tratamento de esgoto. A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião do ciclo completo da operação do sistema sanitário: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecidas por ocasião da medição do volume tratado. Adicionalmente, a Companhia também satisfaz sua obrigação de desempenho por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera. **Receitas de construção:** As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão que está baseada na interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Quando contratam serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção. A Administração da Companhia entende que a concessão de esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo. **Receitas de ativo financeiro:** As receitas do ativo financeiro são decorrentes da atualização dos direitos a futuro constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente aos contratos de arrendamentos mercantis e pelas receitas de concessão. A atualização das receitas do ativo financeiro é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato de concessão, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. A Companhia iniciou a atualização dos direitos a futuro a partir do início de suas operações. **2.19. Resultado financeiro:** As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, fundos restritos, empréstimos e financiamentos. **2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2025:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements*) (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos

fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarem em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as alterações à *IFRS 9* e *IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. • Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. • Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratuaismente vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11:** Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais:** Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e: • Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos. • Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. • Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não represente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas. Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – 3.1. Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, não há julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **3.2. Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações financeiras, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir. A Companhia baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido

das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 4. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:** A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas históricas e esperadas. Ao mensurar a provisão para perdas de crédito esperadas, a Administração da Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras. A avaliação da correlação entre a perda histórica observada, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. As informações sobre a provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber está divulgada na Nota 7. **Provisão para perdas para contas a receber de ativo financeiro:** A provisão para impairment do ativo financeiro é constituída, se necessário, com base em estimativas que levam em consideração: i) a revisão dos fluxos de caixa futuros dos ativos financeiros sujeitos a deterioração/perda (ativos financeiros contratuais da concessão), ii) construção de uma matriz de risco de perda de crédito esperada vitalícia baseada em taxa histórica de inadimplência, risco de crédito da operação, segmento de atuação (setor) e país (região geográfica), iii) definição de uma curva de spread de crédito adequada para os ativos financeiros (contas a receber da concessão), e iv) análise de inadimplência histórica do contas a receber da concessão. A Companhia considerou a abordagem de modelo geral trifásico onde a perda esperada foi calculada com base na fase em que o ativo financeiro se encontra. **Tributos diferidos:** O tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos. O diferido ativo é sobre as diferenças temporárias de impairment do ativo financeiro, provisão para perda de crédito esperada e participação nos lucros. O diferido passivo é sobre atualização IFRIC. O julgamento significativo da Administração, em relação ao ativo fiscal diferido, é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. O passivo fiscal diferido é mensurado pela alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado. A Companhia espera amortizar o valor contábil do passivo fiscal diferido até o encerramento do contrato de concessão. **Contabilização dos contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem uso de estimas pela Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de contratos de concessão; determinação e classificação da remuneração da prestação de serviço de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro. **Reconhecimento da receita e custos de construção:** Quando contratam serviços de construção, a Companhia deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamentos e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção. O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Companhia entende que o contrato firmado com o poder concedente não prevê margem de lucro na construção. **Reconhecimento da receita não faturada:** A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço/venda foi prestado/comercializado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço/venda de mercadorias, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência. **Provisões para ações judiciais:** A Companhia reconhece a provisão para ações judiciais relacionada à causas civis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **4. Gestão de riscos financeiros: Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, fundo restrito, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a receber de ativo financeiro, ativo de contrato e outros créditos. Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos e financiamentos, contas a pagar de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas, dividendos a pagar e outras obrigações. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. A Administração da Companhia afirma que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia. A Companhia não possui atividades envolvendo derivativos. A Administração da Companhia estabelece políticas para a gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir: **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem endividamentos, equivalentes de caixa e fundo restrito. Dentro do risco de mercado, o risco aplicável à Companhia é o risco de taxa de juros e risco de câmbio. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, é requerida a divulgação de demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração da Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Para os cenários II e III considerou, conforme instrução da CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente. **Risco de taxa de juros:** Riscos de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um**

instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxa de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira

Indicadores	Saldo contábil	Cenário I (provável)
CDI	14.26(*)	14.26(*)
Aplicações financeiras	58.528	66.875

(*) Fonte dos índices – Banco Central do Brasil – BACEN (CDI acumulados em 31 de dezembro de 2025)

b) **Risco de câmbio:** O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia). A Companhia gerencia seu risco de câmbio garantindo que o fluxo de caixa dessas transações seja previsto até a liquidação do valor a pagar ou a receber, expresso em moeda estrangeira. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de que a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócio, estando sujeito a procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Companhia em relação ao gerenciamento de risco de crédito do cliente. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados regularmente. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. O cálculo reflete a probabilidade ponderada de perda, o valor do dinheiro no tempo e informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis na data de reporte sobre eventos passados, condições atuais e provisões de condições econômicas futuras. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida pela Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido de cada uma. **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, a Companhia possui premissas de desembolsos e recebidos que são monitorados diariamente pela Tesouraria da Companhia. O objetivo da Companhia é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de empréstimos, financiamentos e contratos de arrendamento. **4.2. Instrumentos financeiros por categoria:** Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	2025
Ativos financeiros pelo custo amortizado	
Caixa e equivalentes de caixa	46
Ativo financeiro	3.616
Outros créditos	256
	3.918
Ativos financeiros por meio do resultado	
Aplicações financeiras	58.528
	58.528

8. Imobilizado	03/10/2025	Adições	31/12/2025
Custo			
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	-	14	14
Móveis e utensílios	-	28	28
Equipamentos de informática	-	665	665
Edificações e benfeitorias	-	90	90
	-	797	797
Depreciação	03/10/2025	Adições	31/12/2025
Equipamentos de informática	-	(13)	(13)
Edificações e benfeitorias	-	(4)	(4)
	-	(17)	(17)
	-	2025	03/10/2025
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	14	-	-
Móveis e utensílios	28	-	-
Equipamentos de informática	652	-	-
Edificações e benfeitorias	86	-	-
	780	-	-

Os anos de vida útil estimados para cada grupo do ativo imobilizado estão divulgados na nota explicativa nº 2.11. A Companhia revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo imobilizado. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais em relação ao exercício anterior.

9. Fornecedores	2025
Fornecedores de materiais	731
Fornecedores de serviços	229
	960

10. Obrigações fiscais	2025
IRPJ e CSLL	27
IRRF	1
PIS e COFINS	33
ICMS-Difal	69
Outras obrigações	2
	132

11. Partes relacionadas	2025
Dividendos e JSCP a pagar	91
GS Inima Brasil Ltda.	10
Forte Ambiental Ltda.	101

Em 31 de dezembro de 2025, não houve pagamento de remuneração aos administradores da Companhia. Estes também não obtiveram nem concederam empréstimos à Companhia e não possuem benefícios indiretos significativos. **12. Patrimônio líquido – 12.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$184.695, sendo R\$61.565 integralizado e R\$123.130 a integralizar e, está representado por 184.695 ações ordinárias nominativas, assim distribuído:

	2025
Quantidade de ações integralizadas	55.409
Quantidade de ações a integralizar	110.817
Participação direta no capital social	123.130
GS Inima Brasil Ltda.	6.156
Forte Ambiental Ltda.	61.565

Em 03 de outubro de 2025, por meio da Ata de Assembleia Geral de Constituição, as acionistas GS Brasil e Forte Ambiental aportaram R\$55.409 e R\$6.156, respectivamente, na presente data e em moeda corrente nacional. **12.2. Reserva legal:** A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital social acrescido das reservas. Em 31 de dezembro de 2025, foi constituído complemento de reserva legal no montante de R\$21. **12.3. Reserva de lucros e lucros acumulados:** O saldo de lucros acumulados é alocado aos lucros retidos, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e/ou extraordinária (AGE). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia transferiu o saldo total da conta de lucros acumulados, no montante de R\$302 para a conta de reserva de lucros. **12.4. Dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP)** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos às ações ordinárias e preferenciais, atendendo ao percentual mínimo e obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios nos montantes de R\$101.

13. Receita líquida	2025
Receita bruta	
Serviços de construção (f)	3.616
Receita líquida	3.616

Cenário II (+ 25%)	Cenário II (- 25%)	Cenário III (+ 50%)	Cenário III (- 50%)
17,83%	10,70%	21,39%	7,13%
68.962	64.788	71.048	62.701

Total do ativo financeiro **2025**
Passivos financeiros pelo custo amortizado **62.446**

Fornecedores	(960)
Partes relacionadas e dividendos a pagar	(101)
Total do passivo financeiro	(1.061)
Ativos e passivos financeiros, líquidos	61.385

4.3. Gestão de capital: O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é o de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas. A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de covenants financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Companhia monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2025, os índices de alavancagem financeira são os seguintes:

	2025
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(46)
(-) Aplicações financeiras	(58.528)
Dívida líquida	(58.574)
Patrimônio líquido	61.888
Total do capital	3.314
Índice de alavancagem	(1767%)
5. Caixa e equivalentes de caixa	2025
Bancos	46
	46
6. Aplicações financeiras	2025
Aplicações financeiras	58.528
	58.528

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação anual média de 10,25% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025. A Administração não possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos, essas aplicações possuem a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

7. Ativo financeiro	2025
Custo do investimento	3.616
Total	3.616
Ativo circulante	-
Ativo não circulante	3.616
	3.616

O saldo do ativo financeiro em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$3.616, representa os custos iniciais do investimento realizados na fase pré-operacional da concessão, reconhecidos conforme o modelo de concessão administrativa do Contrato nº 305/2025. Todo o valor está classificado no ativo não circulante, por se referir a direitos a receber ao longo da vigência contratual. A estimativa de investimento total na concessão conforme nota 1 é de R\$1.2 Bilhões de reais.

14. Custos e despesas por natureza	2025
Custo dos serviços prestados	
Serviços de construção	(3.616)
	(3.616)
	2025

Despesas operacionais	2025
Despesas gerais e administrativas	
Pessoal	(373)
Serviços de terceiros	(32)
Materiais	(158)
Publicidade e propaganda	(1)
Alugueis	(11)
Depreciação	(17)
Outras despesas operacionais	(148)
Total das despesas por natureza	(740)

15. Resultado financeiro	2025
Receitas financeiras	
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.355
	1.355

Despesas financeiras	2025
Outras despesas financeiras	(1)
	(1)

Total do resultado financeiro	2025

PUBLICAÇÃO LEGAL

EDITAIS • COMUNICADOS • BALANÇOS • CONVENÇÕES • PRESTAÇÕES DE CONTAS



SEXTA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2026)) WWW.ESHOJE.COM.BR)) BIANCA@ESHOJE.COM.BR)) ANUNCIE: (27) 2180-0678 PAG.8

Espírito Santo Saneamento S.A.					
<p>... continuação</p> <p>projetista, maquinário e equipamento de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas. Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: risco de engenharia, riscos patrimoniais, perdas de receita, responsabilidade civil e garantia de obrigações contratuais. Em 31 de dezembro de 2025, as coberturas de seguro são resumidas como seguem:</p> <table border="1"><tr><td>Tipo de cobertura</td><td>Importâncias seguradas</td></tr><tr><td>Garantia de contrato</td><td>183.213</td></tr></table> <p>20. Eventos subsequentes – A Companhia não identificou eventos subsequentes às demonstrações financeiras que necessitam de divulgações aos usuários dessas demonstrações.</p> <p>Paulo Roberto de Oliveira – Diretor Presidente Carlos Roberto Ferreira – Diretor Técnico Eduardo Berretini – Diretor Administrativo e Financeiro Rodrigo Basso – Contador CRC 1SP 266.229/0-8</p> <p>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras</p> <p>Aos Acionistas e Administradores da Espírito Santo Saneamento S.A. – Espírito Santo-ES</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Espírito Santo Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 3 de</p>	Tipo de cobertura	Importâncias seguradas	Garantia de contrato	183.213	<p>contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto,</p> <p>possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições</p> <p>que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>Ribeirão Preto, 25 de março de 2026.</p> <p>Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP 027.623/F Marcos Roberto Sponchiado Contador CRC SP 175.536/0</p>
Tipo de cobertura	Importâncias seguradas				
Garantia de contrato	183.213				



Seja no impresso ou no digital

Aqui você realiza, no melhor preço de mercado, a sua publicação legal.

Certificação Digital credenciada pelo ICP-Brasil

Atas, Licença Ambiental, Balanço, Edital e, Atos Oficiais

Contato: Bianca Coutinho
bianca@eshoje.com.br



ES Hoje Publicação Legal - 10-04-2026 digital pdf
Código do documento 928e358d-dc34-449c-94ac-db9faf480558



Assinaturas



BDC COMUNICACOES LTDA:23895081000130
Certificado Digital
bianca@eshoje.com.br
Reconheceu

Eventos do documento

09 Apr 2026, 19:18:28

Documento 928e358d-dc34-449c-94ac-db9faf480558 **criado** por BDC COMUNICAÇÕES LTDA (5b526ce6-3580-4f0a-9c7b-9ca91b167d6b). Email:bianca@eshoje.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-09T19:18:28-03:00

09 Apr 2026, 19:20:19

Assinaturas **iniciadas** por BDC COMUNICAÇÕES LTDA (5b526ce6-3580-4f0a-9c7b-9ca91b167d6b). Email: bianca@eshoje.com.br. - DATE_ATOM: 2026-04-09T19:20:19-03:00

09 Apr 2026, 19:20:38

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - BDC COMUNICACOES LTDA:23895081000130
Reconheceu Email: bianca@eshoje.com.br. IP: 45.65.131.206 (45.65.131.206 porta: 39166). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SyngularID Multipla,CN=BDC COMUNICACOES LTDA:23895081000130. - DATE_ATOM: 2026-04-09T19:20:38-03:00

Hash do documento original

(SHA256):91a6fe31e1a465914854e2ecb30c707b3e196f7d97dd26625b138f1d173b0e2b
(SHA512):90cc5a98f615a85a90419ffefbd7149f266aaaf7359b1f7e6629bc18fa3b8a3f0fc17286bda4348c8b2e9bc927d058e4bd5c26c10f46a3423dc5859f61b70348

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.